



DIÁRIO

da Assembleia da República

XI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2009-2010)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE MARÇO DE 2010

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)
[Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos](#)
[Abel Lima Baptista](#)
[Pedro Filipe Gomes Soares](#)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 12 minutos.

Deu-se conta da retirada do projecto de lei n.º 157/XI (1.ª) e da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 13/XI (1.ª), dos projectos de lei n.ºs 184 a 195/XI (1.ª) e dos projectos de resolução n.ºs 94 a 98/XI (1.ª).

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do [Regimento](#), procedeu-se a um debate com o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates) sobre economia e exportações.

Após o Sr. Primeiro-Ministro ter proferido uma

intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados [Agostinho Branquinho](#) (PSD) — que também deu esclarecimentos ao Sr. Deputado [Afonso Candal](#) (PS) —, [Paulo Portas](#) (CDS-PP), [Francisco Louçã](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Afonso Candal](#) (PS) e [Pedro Mota Soares](#) (CDS-PP), que interpelou a Mesa.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 21 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Acácio Santos da Fonseca Pinto
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Paula Mendes Vitorino
António Alves Marques Júnior
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão
Catarina Marcelino Rosa da Silva
Defensor Oliveira Moura
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
Eurídice Maria de Sousa Pereira
Fernando Manuel de Jesus
Frederico de Oliveira Castro
Horácio André Antunes
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida
Jaime José Matos da Gama
Jamila Bárbara Madeira e Madeira
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Rosendo Gonçalves
José Albano Pereira Marques
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José João Pinhanços de Bianchi
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
José Manuel Pereira Ribeiro
José Rui Alves Duarte Cruz
João Barroso Soares
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Paulo Feteira Pedrosa
João Paulo Moreira Correia
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
João Saldanha de Azevedo Galamba
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro

Luís Miguel Soares de França
Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel José de Faria Seabra Monteiro
Marcos Sá Rodrigues
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Figueiredo de Sousa Rebelo
Maria Isabel Solnado Porto Oneto
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Luísa de Jesus Silva Vilhena Roberto Santos
Maria Manuela de Almeida Costa Augusto
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Odete da Conceição João
Maria da Conceição Guerreiro Casa Nova
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida
Mário Joaquim da Silva Mourão
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Miguel da Costa Araújo
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rui José Prudêncio
Rui José da Costa Pereira
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Teresa Maria Neto Venda
Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Victor Manuel Bento Baptista
Vitor Manuel Brandão de Sousa Fontes

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria
Antonieta Paulino Felizardo Guerreiro
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto
António Cândido Monteiro Cabeleira
António Egrejas Leitão Amaro
António Fernando Couto dos Santos

António Joaquim Almeida Henriques
Arménio dos Santos
Carina João Reis Oliveira
Carla Maria Gomes Barros
Carla Maria de Pinho Rodrigues
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Henrique da Costa Neves
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes
Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro
Cristóvão da Conceição Ventura Crespo
Emídio Guerreiro
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Ribeiro Marques
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Hugo José Teixeira Velosa
Isabel Maria Nogueira Sequeira
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia
Jorge Fernando Magalhães da Costa
José Alberto Nunes Ferreira Gomes
José Manuel Marques de Matos Rosa
José Mendes Bota
José de Almeida Cesário
José Álvaro Machado Pacheco Pereira
João Bosco Soares Mota Amaral
João Carlos Figueiredo Antunes
João José Pina Prata
Luís António Damásio Capoulas
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Filipe Correia de Jesus
Margarida Rosa Silva de Almeida
Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo
Maria Francisca Fernandes Almeida
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto
Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves
Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Maria Paula da Graça Cardoso
Maria Teresa Machado Fernandes
Maria Teresa da Silva Morais
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Reis Antunes Frasilho
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto

Paulo César Lima Cavaleiro
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Pedro Augusto Lynce de Faria
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Nuno Mazedo Pereira Neto Rodrigues
Sérgio André da Costa Vieira
Teresa de Jesus Costa Santos
Ulisses Manuel Brandão Pereira
Vasco Manuel Henriques Cunha
Vânia Andrea de Castro Jesus

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
Altino Bernardo Lemos Bessa
Artur José Gomes Rêgo
Cecília Felgueiras de Meireles Graça
Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo D' Ávila
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro
José Helder do Amaral
José Manuel de Sousa Rodrigues
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Manuel de Serpa Oliva
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Paulo Sacadura Cabral Portas
Pedro Manuel Brandão Rodrigues
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
Catarina Soares Martins
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã
Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro
Helena Maria Moura Pinto
José Borges de Araújo de Moura Soeiro
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão
José Manuel Marques da Silva Pureza
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
Mariana Rosa Aiveca Ferreira
Pedro Filipe Gomes Soares
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares
Rita Maria Oliveira Calvário

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Bruno Ramos Dias
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Miguel Tiago Crispim Rosado
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa
Rita Rato Araújo Fonseca

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
José Luís Teixeira Ferreira

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de mais, peço à Sr.^a Secretária que dê conta do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumpre-me anunciar que o Grupo Parlamentar do BE solicitou a retirada do projecto de lei n.º 157/XI (1.^a) — Actualização extraordinária do valor das bolsas de investigação científica.

Deram ainda entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 13/XI (1.^a) — Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores (ALRAA), que baixou à 1.^a Comissão; projectos de lei n.ºs 184/IX (1.^a) — Alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, que estabelece o valor das pensões no caso da manutenção do valor do IAS (CDS-PP), que baixou à 11.^a Comissão, 185/IX (1.^a) — Primeira alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro (CDS-PP), que baixou à 11.^a Comissão, 186/IX (1.^a) — Cria o estatuto do estudante a tempo parcial (BE), que baixou à 8.^a Comissão, 187/IX (1.^a) — Cria o estatuto do trabalhador-estudante (BE), que baixou à 8.^a Comissão, 188/IX (1.^a) — Actualização extraordinária do valor das bolsas de investigação científica (BE), que baixou à 8.^a Comissão, 189/IX (1.^a) — Apoia e promove a renovação das artes circenses (BE), que baixou à 13.^a Comissão, 190/IX (1.^a) — Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (PCP), que baixou à 1.^a Comissão, 192/IX (1.^a) — Regulamentação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição (PCP), que baixou à 6.^a Comissão, 193/IX (1.^a) — Cria os gabinetes de apoio ao aluno e à família nos agrupamentos de escolas e escolas não integradas (CDS-PP), que baixou à 8.^a Comissão, 194/IX (1.^a) — Integração do município de Mação na NUTS III — Médio Tejo (PSD), que baixou à 12.^a Comissão, e 195/IX (1.^a) — Revoga o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro (Define os Apoios Especializados a Prestar na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário dos Sectores público, Particular e Cooperativo), em defesa do apoio às necessidades educativas especiais e da escola inclusiva (Os Verdes), que baixou à 8.^a Comissão; e os projectos de resolução n.ºs 94/IX (1.^a) — Recomenda ao Governo o reforço de meios humanos a materiais destinados ao programa «Escola Segura» (CDS-PP), que baixou à 8.^a Comissão, 95/IX (1.^a) — Recomenda ao Governo a apresentação à Assembleia da República de relatórios semestrais sobre segurança e violência nas escolas (CDS-PP), que baixou à 8.^a Comissão, 96/IX (1.^a) — Recomenda ao Governo a elaboração de legislação para a obrigatoriedade de divulgação da factura energética da administração pública directa e indirecta (PS), que baixou à 6.^a Comissão, 97/IX (1.^a) — Recomenda a aprovação de um regime de renda fixa

aplicável aos moradores dos bairros dos Lóios e das Amendoeiras, sítos na freguesia de Marvila, concelho de Lisboa, e a revisão dos processos de alienação das habitações (BE), que baixou à 9.^a Comissão, e 98/IX (1.^a) — Recomenda a definição de novos critérios de colocação de funcionários não docentes nas escolas (CDS-PP), que baixou à 8.^a Comissão.

Em termos de expediente é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje consiste no debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, sobre economia e exportações.

Para fazer a apresentação do tema, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Senhores Deputados: A internacionalização e o fomento das exportações de bens e serviços constituem, hoje, sem dúvida, um dos desafios mais importantes da economia portuguesa.

E por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque aumentar a procura externa para as nossas empresas constituiu o modo mais eficaz e mais saudável de incrementar a recuperação económica; e, em segundo lugar, porque a melhoria da balança de bens e serviços representa, a par da redução do défice energético, o contributo mais relevante para combater o desequilíbrio externo e aumentar a capacidade de crescimento potencial da nossa economia.

A concorrência no mercado global enfrenta, hoje, duas apostas exigentes e complexas: ganhar quotas de mercado, defrontando novos concorrentes e condições comerciais mais duras, e fazer face à brutal queda da procura mundial que a recessão global de 2009 acarretou.

Possuímos, hoje, sinais positivos nos dois planos: a balança tecnológica de Portugal é positiva, desde 2007; o défice de bens e serviços foi reduzido, entre 2005 e 2008; e as exportações portuguesas começaram já a recuperar, no início de 2010. Mas sabemos que necessitamos de um grande esforço de mobilização de todos para vencer estas apostas, que são estruturais e estratégicas para o nosso futuro.

O Governo assumiu já as linhas de força e os objectivos das políticas públicas que importa concretizar. E são elas, em primeiro lugar, a concertação do binómio empresas/Estado para a internacionalização da economia. Isto exige a consolidação de uma articulação permanente entre as empresas, a diplomacia portuguesa e os organismos públicos responsáveis pelo apoio à economia. Esta concertação representa também uma nova página nas prioridades da nossa acção diplomática e uma nova lógica de funcionamento entre os serviços do Estado e entre estes e o tecido empresarial português.

Esta é uma prioridade que estamos a prosseguir: a coordenação do Estado, da diplomacia económica e das empresas na promoção da internacionalização da nossa economia. A criação do Conselho para a Internacionalização da Economia veio possibilitar uma acção mais efectiva e mais coordenada, nomeadamente, junto de novos mercados que queremos promover.

Realizámos nos últimos meses missões a vários países e regiões (Emirados Árabes Unidos, Moçambique e, recentemente, aos países do Magreb — Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos), consolidando desta forma um novo mapa para a internacionalização das nossas empresas. Estas visitas permitiram avanços concretos e significativos nas nossas relações económicas, e o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio em múltiplos domínios, das infra-estruturas à energia, do turismo à saúde.

Em Moçambique, foi lançado o Banco de Investimento Luso-Moçambicano e foram ampliadas as linhas de crédito para apoio ao investimento. Estes são dois instrumentos que permitirão apoiar a criação de parcerias para investimentos, com participação de empresas portuguesas, em grandes projectos de infra-estruturas nas áreas da energia, dos transportes e das comunicações.

No Magrebe, que é hoje uma nova prioridade indiscutível da nossa política externa, vivemos um momento de grande dinamismo quer seja no relacionamento político quer seja no relacionamento económico. A visita que fiz aos quatro países dessa região permitiu estabelecer importantes acordos de cooperação com a Tunísia, preparar a Cimeira Bilateral com Marrocos e lançar as bases para iniciativas empresariais em todos esses países.

Até final do mês de Julho, chefiarei missões e encontros de diplomacia económica, com França, Brasil, Marrocos e Angola, a que se somarão iniciativas dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia junto de mercados tão importantes como a Rússia, a China, a Coreia do Sul e os Emirados Árabes Unidos.

Aplausos do PS.

Estas visitas e iniciativas serão previamente preparadas com as empresas por forma a assegurarmos a ampliação das oportunidades de negócio. E esta é, Srs. Deputados, a inovação: a realização de encontros regulares entre os Governos e os empresários que têm já uma actividade nos diferentes mercados é uma inovação da nossa política económica. E esses encontros servirão para concertar estratégias e para acrescentar eficácia aos esforços de ambas as partes na diversificação dos mercados de exportação das empresas portuguesas.

Em segundo lugar, Srs. Deputados, resolvemos também os principais problemas que se colocavam no âmbito dos seguros de crédito à exportação.

O novo acordo que celebrámos, este mês, entre o Estado e os agentes financeiros, na modalidade OCDE II elimina os limites de seguros por empresas exportadoras e aumenta, até 10 vezes, os montantes máximos garantidos por importador estrangeiro de produtos portugueses.

Por último, com este novo acordo, permite-se o acesso aos seguros de crédito por parte de filiais de empresas portuguesas no estrangeiro que comercializem produtos produzidos em Portugal.

Esta é, sem dúvida, a resposta de que as nossas empresas precisavam para poderem concorrer, de melhor forma, nos mercados internacionais e na economia global.

Aplausos do PS.

Em terceiro lugar, abrimos, este mês, a nova linha PME Invest 5, com o montante de 750 milhões de euros, para apoiar o crédito e a liquidez das pequenas e médias empresas. Nesta nova linha introduzimos um mecanismo de acesso para empresas com necessidades de regularização da sua situação fiscal e contributiva; favorecemos o acesso de empresas ainda não beneficiárias destas linhas; e alargámos o acesso às empresas sediadas nos Açores e na Madeira, reforçando, desta forma, os instrumentos já existentes nestas Regiões.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em quarto lugar, as «lojas de exportação». A internacionalização da nossa economia exige às pequenas e médias empresas portuguesas recursos e conhecimentos sobre os diferentes mercados de que muitas ainda não dispõem. Isto impõe uma proximidade entre os serviços da Administração Pública e as empresas. Abrirá em Leiria, na próxima semana, a primeira loja de exportação; até final de Abril abrirão as restantes 13 por todo o País. E, desta forma, se colocam próximos das pequenas e médias empresas os recursos e o conhecimento próprios do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) e do AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), para o apoio à internacionalização destas empresas portuguesas.

Aplausos do PS.

Em quinto lugar, o Programa Inov-Export. Com base na experiência de sucesso de outros programas Inov, o Governo decidiu colocar 500 jovens quadros qualificados em pequenas e médias empresas, com o objectivo de reforçar as suas competências na promoção da internacionalização dessas empresas. As candidaturas abrirão no próximo dia 15 de Abril e os primeiros jovens Inov-Export serão colocados até ao fim do primeiro semestre de 2010.

Por último, Srs. Deputados, a aprovação do Orçamento do Estado permite, agora, criar o novo Fundo de Apoio à Internacionalização e Exportação, no montante de 250 milhões de euros.

Amanhã mesmo, o Conselho de Ministros aprovará o diploma que institui o Fundo, mas desejo anunciar, desde já, as suas linhas fundamentais. Em primeiro lugar, será um Fundo focado nos objectivos centrais que prosseguimos: aumentar a capacidade das empresas exportadoras e o número de empresas que exportam; aumentar o valor acrescentado e o nível tecnológico das exportações portuguesas; diversificar os mercados

geográficos de exportação das empresas portuguesas; e, finalmente, aproveitar as oportunidades de investimento que a actual conjuntura trouxe em países como Espanha, Inglaterra ou Estados Unidos.

Em segundo lugar, este será um Fundo dirigido a reforçar os capitais necessários à internacionalização, permitindo, nomeadamente, a participação no capital de empresas que promovam as exportações nacionais; a subscrição de títulos de dívida ou a concessão directa de crédito ou garantias a empresas ou consórcios de empresas portuguesas.

Em suma, Srs. Deputados, será um Fundo capaz de se ajustar às necessidades concretas das empresas que desejam competir com sucesso na economia global.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a política económica tem um duplo desafio: a recuperação do crescimento e a consolidação das contas públicas. É neste quadro que o aumento das exportações constitui, sem dúvida, um dos grandes objectivos do nosso País.

As empresas portuguesas estão a dar fortes sinais de determinação e de investimento nesta área, e diferentes sectores têm obtido resultados que julgávamos impossíveis há bem pouco tempo. Importa, por isso, valorizar e apoiar esse esforço para que possamos crescer mais rapidamente, para que possamos criar mais riqueza, para que possamos gerar mais emprego. Este é, verdadeiramente, um grande objectivo nacional dos dias de hoje, que deve mobilizar a sociedade e o Estado, os empresários e os trabalhadores.

Confio que saberemos vencer este desafio, porque este Governo confia em Portugal e nos portugueses!

Aplausos do PS, do pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar o debate com o Grupo Parlamentar do PSD.

Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Branquinho.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há cinco anos que o senhor vem a este Parlamento apresentar intenções; há cinco anos que o Sr. Primeiro-Ministro disfarça as más notícias com meros anúncios de ocasião. É uma estratégia gasta, Sr. Primeiro-Ministro!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sobre o problemas das exportações quero colocar-lhe duas questões muito simples.

Em 13 de Maio de 2009, o Governo anunciou a nacionalização da COSEC (Companhia de Seguro de Créditos, S.A.). O que é que se passa com esse *dossier*, Sr. Primeiro-Ministro? Já agora, o que é que aconteceu aos 3000 milhões de euros anunciados para seguros de crédito à exportação? Sabe o Sr. Primeiro-Ministro dizer ao Parlamento qual é a sua taxa de execução?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Branquinho, há cinco anos que o Governo vem a esta Assembleia, sempre, apresentar medidas que visam reforçar a nossa economia e responder aos desafios do futuro!

Aplausos do PS.

Foi, aliás, por isso, Srs. Deputados, que nas últimas eleições, ainda há bem pouco tempo, os portugueses reforçaram a confiança no PS!

Aplausos do PS.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Por isso é que reduziram o número de Deputados!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Por isso é que passaram de 36% para 45%...!

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, grande parte do problema reside no facto de este Governo estar apostado em responder aos desafios que lhe cabem; estar apostado em fazer aquilo que deve. O partido que suporta o Governo e este Governo não se comprazem com más notícias.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Tem-se visto!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Este Governo responde às más notícias que vêm do mundo fazendo aquilo que é necessário para a recuperação da economia e para o desenvolvimento do País.

Aplausos do PS.

Foi isso, aliás, que fizemos no último ano. Quando se anunciou a pior crise dos últimos 80 anos, este Governo respondeu com coragem e com determinação aos desafios, obtendo um dos melhores resultados económicos europeus (comparando com todos os países europeus) na resistência à crise.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — E quanto à COSEC?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A verdade é que o nosso País teve uma recessão económica com números muito abaixo da média europeia, o que ficou a dever-se às medidas que, durante muitos meses, aqui vim anunciar para responder aos problemas.

Sr. Deputado, quanto aos seguros de crédito, o que o Governo sempre fez foi estar junto das empresas para resolver os seus problemas. Houve um momento em que tomámos a decisão de comprar a COSEC, tendo obtido o assentimento de um dos seus sócios. O outro sócio, o sócio francês, fez tais exigências que o Governo optou por outra estratégia, da qual vim agora aqui dar-vos conta. Isso levou o Governo a fazer acordos com as instituições financeiras ao longo destes últimos meses, que resultaram naquilo que pude anunciar.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Qual é a taxa de execução?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A verdade é que assinámos com os agentes financeiros a modalidade OCDE II, que eliminou os limites de seguro por empresa exportadora...

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — E qual é a taxa de execução?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e aumentou, até 10 vezes, os montantes máximos garantidos por importador estrangeiro. Chama-se a isto responder aos problemas concretos da nossa economia; chama-se a isto responder aos problemas das empresas!!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, queira terminar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, Sr. Deputado, perdoe-me terminar desta forma, mas talvez seja altura de o PSD, cinco anos depois, nos brindar, nestes debates quinzenais, com uma proposta que seja para

responder a um dos maiores desafios da economia portuguesa. Já vai sendo tempo, e espero que o faça na próxima intervenção, de fazer uma sugestão ou uma proposta, de dar uma ideia que possa ajudar o País a responder a um dos principais desafios — aumentar as exportações portuguesas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Foi uma grande pergunta!...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Branquinho.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu julgava que, ao fim de cinco anos, o senhor, pelo menos, responderia às questões que os Deputados lhe colocam, mas continua igual!

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro tem uma espécie de fixação no PSD e na sua vida interna. Julgo que isso pode ter a ver ainda com o seu passado de militante da JSD!...

Risos do PSD.

Estamos aqui a discutir o País, e é sobre o País que temos de ser sérios e de discutir os problemas que preocupam os portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, falemos sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E quanto às exportações?

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Ontem, conhecemos as previsões do Banco de Portugal para 2010 e 2011. Só a diminuição do crescimento do PIB de 0,7% para 0,4% significa que vão faltar 500 milhões de euros. E, por isso, o Governo tem obrigação de dizer agora onde vai cortar na despesa.

Os novos cenários macroeconómicos, Sr. Primeiro-Ministro, significam uma coisa muito simples: a revisão do PEC! O PEC quase ainda não chegou a Bruxelas e já tem de ser revisto.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — A questão central, Sr. Primeiro-Ministro, é a de saber se o Governo quer fazer essa revisão sozinho.

O PSD, Sr. Primeiro-Ministro, está disponível para a revisão do PEC,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Ainda a semana passada o aprovaram...!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — ... mas para uma revisão com estratégia, com uma calendarização e sem chantagens.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Dou-lhe três exemplos concretos.

Primeiro: as privatizações. Há ou não uma estratégia para as privatizações? Há ou não um calendário para as privatizações? Ou a sua estratégia é apenas vender ao desbarato?

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Olha, olha...!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Segundo: o crescimento. Depois do vazio do PEC, o Governo está, ou não, disponível para definir uma estratégia de crescimento, baseada na agricultura e no mar, no reforço do tecido empresarial e no apoio às famílias? Ou prefere, pelo contrário, navegar à vista, sem estratégia, numa política de braços caídos e a pensar nos telejornais?

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Terceiro: reforma da Administração Pública. Está o Governo disponível, ou não, para uma verdadeira reforma da Administração Pública? Ou quer, então, continuar a insistir num Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) sem resultados?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Branquinho, não tenho nenhuma preocupação com a vida interna do PSD! Tenho preocupação, isso, sim, com a vida externa do PSD e com a falta de contributos deste partido para a criação de um debate político que honre as melhores tradições da democracia portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado falou de duas questões. Em primeiro lugar, falou do cenário macroeconómico do PEC. Pois digo-lhe, Sr. Deputado, que uma das razões que levou as diferentes instituições internacionais a classificarem com mérito o nosso Programa de Estabilidade e Crescimento foi justamente a opção do Governo português por um cenário macroeconómico conservador, por um cenário macroeconómico realista e por um cenário macroeconómico que oferecesse confiança.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Já foi desmentido pelo Banco Mundial!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No fundo, o que dissemos a todos foi que, num cenário macroeconómico classificado por todos como sendo conservador e realista, o País vai fazer aquilo que deve, ou seja, lutar pelo crescimento, certamente, mas também colocar as suas contas públicas em ordem.

O cenário macroeconómico é, portanto, um dos elementos que mais valoriza o nosso Programa de Estabilidade e Crescimento.

O Sr. Deputado referiu-se às previsões do Banco de Portugal para este ano. O Sr. Deputado sabe que são apenas previsões.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — E as do PEC não são?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não temos nenhuma razão para alterar as nossas previsões e continuamos fiéis à nossa previsão dum crescimento de 0,7% para este ano. Em ambos os casos, quero assinalar, Sr. Deputado, que são crescimentos positivos.

Vejamos o passado, se não se importa, Sr. Deputado.

Na primavera de 2009, o Banco de Portugal também fez previsões para crescimento económico em 2009. Qual foi essa previsão? Foi de menos 3,5%. Qual foi o resultado? Menos 2,7%, o que quer dizer que foi muito melhor do que as previsões do Banco de Portugal. Portanto, Sr. Deputado, percebo muito bem o argumento, mas deixe-me dizer-lhe que com os dados do primeiro trimestre o Governo não encontra nenhuma razão para alterar a sua previsão de crescimento económico de 0,7% para este ano, nem para alterar nenhum cenário macroeconómico do nosso Programa de Estabilidade e Crescimento.

Passo aos dois pontos que levantou sobre o PEC e que dizem respeito às privatizações e ao crescimento.

Em primeiro lugar, vou referir-me às privatizações. Essa é uma opção do Programa de Estabilidade e Crescimento que visa um objectivo: estabilizar a nossa dívida pública. Esse é um objectivo da maior importância, mas fá-lo-emos com critério. Em todas as empresas será definido qual o interesse estratégico do Estado e a forma de o prosseguir. As alienações que iremos fazer terão em conta esse interesse estratégico.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, Sr. Deputado, a questão do crescimento.

Sr. Deputado, vim aqui, justamente, falar de crescimento, o senhor é que não reparou. Quando se fala de exportações fala-se do maior e mais importante contributo para o crescimento económico. Sr. Deputado, escapou-lhe tudo!... É porque falar de exportações e da sua dinamização é a melhor forma de lutarmos pelo crescimento económico.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — As previsões do Banco de Portugal são acima das do PEC!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Espanta-me muito que lhe escape este pormenor, Sr. Deputado! É porque quem fala de exportações fala de crescimento. Além do mais, Sr. Deputado, tenho falado abundantemente de crescimento económico, estando a estratégia do Governo bem clara: lutar por mais exportações e por maior internacionalização da nossa economia; focarmo-nos na questão energética e na mudança que esse sector económico pode dar para o crescimento económico; lutar por uma educação melhor, com um melhor ensino superior, com mais ciência e investigação; lutar pelo desenvolvimento da economia digital; equilibrar as nossas contas públicas.

Estas são as nossas prioridades, em termos de política económica. A isto chama-se «ter um programa», a isto chama-se «ter ideias»!

Já agora, Sr. Deputado, não me leve a mal, talvez fosse altura para nos deixar uma ideia que seja, uma proposta, uma sugestão para o crescimento económico e para as exportações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Branquinho.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ficámos a perceber que para V. Ex.^a os cenários do Banco de Portugal só lhe interessam quando lhe são favoráveis. Quando não são favoráveis, o Banco de Portugal já não presta.

Aplausos do PSD.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, vamos falar sobre o Governo das más contas.

O Sr. Primeiro-Ministro considerou a correcção do défice de 2009 de 9,3% para 9,4% um «detalhe». Deixe-me recordar alguns «detalhes» sobre a mesma matéria: Outubro de 2008, previsão do défice — 2,2%, início de Janeiro de 2009, previsão do défice — 3%; Janeiro de 2009 (Orçamento do Estado rectificativo), previsão do défice — 3,9%; Maio — 5,9%; Novembro — 8%; no início de Janeiro deste ano — 8,7%; ainda em Janeiro deste ano — 9,3%; e agora 9,4%.

Sr. Primeiro-Ministro, oito correcções! Oito correcções! Estes pequenos «detalhes» cresceram quatro vezes mais, ou seja, 7,2% superior àquilo que o senhor previu em Outubro de 2008 — é coisa para dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que «o Diabo está nos detalhes»...!

Aplausos do PSD.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe de forma muito clara: face aos novos cenários macroeconómicos conhecidos, quando é que o Governo vai apresentar nesta Assembleia o orçamento do Estado rectificativo?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Agostinho Branquinho, falemos seriamente sobre as previsões do défice, porque essa matéria é séria.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Ai é, é!!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não há um único país desenvolvido no Mundo que não tenha feito, desde Setembro de 2008 até ao final de 2009, várias correcções naquilo que foram os cenários macroeconómicos, quer para o crescimento quer para o défice das contas públicas. Nenhum país desenvolvido! E vários fizeram tantas correcções, relativamente ao que se esperava para 2009, como Portugal fez e foi obrigado a fazer.

Nenhum país foi capaz de antecipar o efeito tão poderoso e tão significativo da crise económica mundial que, repito uma vez mais, foi a maior crise económica e financeira desde a II Guerra Mundial. Por isso, Sr. Deputado, não é apenas um detalhe! É falta de seriedade política discutir a evolução das previsões do crescimento e do défice escondendo e minorizando aquilo que foi a maior crise económica e financeira que todo o Mundo atravessou nestas últimas oito décadas! Isto é que é discutir seriamente, Sr. Deputado!!

Aplausos do PS.

Eu sei que esta observação se deve fazer mais aos seus conselheiros económicos... O Sr. Deputado desculpará, mas não é possível fazer uma discussão sobre economia ignorando o que foram os efeitos da grande crise económica que vivemos.

Finalmente, quanto aos cenários do Banco de Portugal, o Sr. Deputado acha que eu minorizo as previsões do Banco de Portugal quando me interessa? Desculpará, Sr. Deputado! Não, eu levo-as em conta! Simplesmente o Governo, como lhe digo, não encontra nenhuma razão, nestes primeiros meses, com os indicadores que temos, para rever as suas previsões de crescimento económico.

As previsões são para ser superadas com esforço dos governos e das empresas e é nisso que nos empenharemos.

Por falar em Banco de Portugal, deixe-me que lhe diga, para finalizar: o Sr. Deputado é que devia colocar as mãos na consciência porque realmente, ao longo destes cinco anos, o que nós vimos foi um ataque político, sem nenhum sentido, ao Governador do Banco de Portugal e ao próprio Banco, quando as decisões do Banco de Portugal não interessavam à estratégia política do PSD. A isso chama-se apenas «oportunismo político», Sr. Deputado!!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Branquinho.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro gosta de falar muito de *fair play*, mas gosta muito pouco de o praticar. Acaba sempre as suas intervenções com essas pequenas tricas provocatórias, mas o Sr. Primeiro-Ministro está enganado: não vou cair nesse seu vício de discussão aqui, neste Parlamento.

Um outro vício de discussão que V. Ex.^a tem neste Parlamento é o de esgotar o tempo para não responder às questões que são colocadas.

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, como V. Ex.^a ainda terá oportunidade de responder nas intervenções seguintes, vou deixar-lhe ficar três notas, são pequenas três notas, a que, se tiver oportunidade, gostava que V. Ex.^a se referisse.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Propostas, apresente propostas!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — A primeira é sobre um Governo pouco transparente — e não vou falar nas 1 511 nomeações que ele já produziu... Vou referir-lhe um caso concreto: no dia 5 de Março, há poucos dias atrás, na discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2010, o Partido Socialista votou favoravelmente a atribuição de prémios aos gestores públicos, contrariando uma proposta apresentada pelo CDS-PP e que foi acompanhada por todos os partidos da oposição.

Anteontem foi publicado no *Diário da República* um despacho do Sr. Ministro das Finanças a «congelar» os prémios dos gestores públicos para 2010 e 2011. Sr. Primeiro-Ministro, em quem podemos acreditar? No Governo ou no Partido Socialista? O Sr. Primeiro-Ministro estará em condições de garantir aqui, no Parlamento, que, enquanto se mantiverem as circunstâncias actuais, o cenário de há poucos meses atrás não se vai repetir? Ou seja, EDP renováveis — 713 000 euros de prémios; REN — 1 milhão euros de prémios, dos quais 244 000 euros para o ex-presidente José Penedos; PT — 6 milhões de euros de prémios, 1,8 milhões de euros para o Presidente Zeinal Bava, e um milhão de euros para o ex-administrador Rui Pedro Soares.

Uma outra nota, Sr. Primeiro-Ministro, sobre um Governo sem segurança. Conhecemos há dias o relatório anual de segurança interna de 2009 e sobre ele o Governo «embandeirou logo em arco». Mas, Sr. Primeiro-Ministro, a situação é bem diferente no terreno: a criminalidade subiu em 13 distritos, em especial em Vila Real, Viana do Castelo e Viseu, acima de dois dígitos; os crimes sexuais mais 12,9 %; os crimes de violência doméstica mais 10%; e a criminalidade grave e violenta também aumentou, sobretudo os crimes de associação criminosa, tendo subido 62,1%.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe dizer-me onde se encontram as razões para o seu optimismo?

Por último, uma nota sobre o Governo do desperdício. Um exemplo concreto: o aeroporto internacional de Beja. Em 27 de Janeiro de 2007, o Sr. Primeiro-Ministro lançou a primeira pedra daquele aeroporto e disse que ele estava em condições de ser inaugurado no ano seguinte. Passaram-se três anos. Qual é o ponto da situação? A inauguração do aeroporto de Beja está agora prevista para Setembro deste ano. A ANA — Aeroportos de Portugal, S.A. — diz que apenas em 2014 o aeroporto internacional de Beja poderá receber passageiros. Até lá o que vai acontecer é que esse aeroporto vai ser um parque de estacionamento...!

No aeroporto de Beja foram investidos 33 milhões de euros, Sr. Primeiro-Ministro! Vou dizer-lhe que este valor é seis vezes — repito —, seis vezes aquilo que o Sr. Ministro das Finanças classificou como *money for the boys*, os cinco milhões de euros do Orçamento do Estado que foram distribuídos pelas juntas de freguesias de todo o País.

Aplausos do PSD.

É esta a imagem de marca de um Governo de desperdícios que V. Ex.^a, por muitos truques que use no discurso, não pode disfarçar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Afonso Candal pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Sr. Deputado Bernardino, como verá, é uma verdadeira interpelação à Mesa que tem a ver com a condução dos trabalhos.

O Sr. Deputado Agostinho Branquinho acabou de dizer que o Sr. Primeiro-Ministro tinha esgotado os tempos para não lhe responder. Acho que, para além da questão directa, há também aqui o efeito indirecto que acho injusto relativamente ao Dr. Paulo Portas, porque, como eu o disse na outra sessão, estou certo de que «estava mortinho» por poder responder aos meus pedidos de esclarecimento... Nós cedemos tempo para o CDS poder responder e o Sr. Deputado Paulo Portas só não pôde responder, logo eu não perguntei, porque V. Ex.^a entendeu que assim não devia ser.

No entanto, o Sr. Deputado Agostinho Branquinho, sabendo que o Sr. Primeiro-Ministro já não tinha tempo para responder, nem por isso se predispôs a ceder tempo à resposta. Isto, sim, é querer fazer perguntas e não ter resposta!

Aplausos do PS.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Que patetice!

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Branquinho.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Afonso Candal tem, nos últimos tempos, feito aqui algumas intervenções que, do ponto de vista político, são peças únicas e raras na história da nossa democracia!...

Aplausos do PSD.

Aquilo que gostava de dizer, Sr. Presidente, sobre essa matéria e sobre a condução dos trabalhos é o seguinte: é sistemático, sistemático, desde que foi concretizado no Regimento da Assembleia da República, que o Sr. Primeiro-Ministro tem duas estratégias na condução das suas próprias intervenções — não responde às questões que são colocadas e esgota rapidamente o tempo.

Estou seguro de que o Sr. Primeiro-Ministro vai ter os 9 minutos do Partido Socialista para responder às questões directas que lhe coloquei e a que não quis responder. Aguardarei, portanto, até final do debate.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, pode ter sido um lapso, mas não deixa de ser revelador que o Sr. Primeiro-Ministro ache que os portugueses «reforçaram a sua confiança» no Partido Socialista nas últimas eleições.

Aplausos do CDS-PP.

Tanto quanto eu sei, o Partido Socialista tinha maioria absoluta e perdeu-a. Tinha 45% dos resultados eleitorais e baixou para 36%. É um curioso conceito de «reforço de confiança». Agora é que eu percebo, Sr. Primeiro-Ministro, porque é que o senhor diz que a economia estagnou quando desceu ou que a economia cresceu quando, meramente, estagnou!

Risos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, queria, em todo o caso, lembrar-lhe um ponto de um debate que aqui tivemos há bastante tempo — a questão das exportações é muito séria, é estrutural para a economia portuguesa.

Obviamente, avaliaremos as matérias — que são muito poucas — novas que aqui trouxe, mas quero lembrar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, o que aconteceu no debate sobre a nacionalização da COSEC.

O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui anunciar um acordo que não estava fechado e lembra-se da crítica que lhe fiz: o senhor estava a anunciar um acordo que não estava fechado, que dependia de outros sócios e de outros operadores para haver melhores seguros de crédito. Isso ia significar para o mercado a certeza de que o Estado queria intervir e, para esses sócios que ainda não tinham negociado, a elevação dos preços. Obviamente, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui, hoje, veio dizer, apresentaram-lhe condições impossíveis, porque o senhor tinha perdido a margem de negociação, apenas e só porque queria fazer um discurso aqui, no Parlamento.

Aplausos do CDS-PP.

Em todo o caso, Sr. Primeiro-Ministro e relativamente à situação económica, queria recordar-lhe que o CDS votou contra o PEC e voltaria a votar, por duas razões essenciais: a primeira é a de que o crescimento económico é medíocre e a segunda é a de que há um aumento da carga fiscal que eu considero injusto e que terá consequências que podem ser muito negativas sobre o poder de compra e, portanto, sobre o crescimento e sobre o emprego.

Quero salientar o seguinte: o que o Relatório da Primavera tem de potencialmente relevante é que a confiança que os portugueses podiam ter no PEC durou apenas uma semana, no sentido de que o cenário macroeconómico inscrito no PEC já está em revisão, menos de uma semana depois!...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Chamo a atenção do Sr. Primeiro-Ministro para que o senhor previa, para 2010, um crescimento de 0,7% — já era pouco! — e que o Relatório fala em 0,4% — é quase nada! E previa, do ponto de vista do investimento, o qual, no ano passado, caiu 11%, que, este ano, haveria uma recuperação e que ficaríamos praticamente a zero. Ora, o que o Relatório vem dizer é que o crescimento voltará a descer 6,5%.

Isto significa, Sr. Primeiro-Ministro (e peço-lhe que siga o meu raciocínio) três consequências muito simples: a primeira é a de que, em termos de Produto ou criação de riqueza, Portugal recuou quase cinco anos; a segunda é a de que, em termos de rendimento disponível das famílias, Portugal recuou quase seis anos; e a terceira é a de que, em termos de investimento, Portugal recuou ao nível que tínhamos há 12 anos.

Ou seja: os números do PEC podem estar errados; sem crescimento e sem investimento, não há criação de emprego; voltaremos a divergir da União Europeia; e o valor do défice pode não estar correcto.

Peço-lhe um comentário, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, há pouco, fui criticado pela bancada do PSD por esgotar o meu tempo sem deixar tempo para as respostas — notei, aliás, que a bancada do PSD também esgotou o seu tempo sem uma proposta, sem uma ideia, sem uma sugestão que fosse, para o nosso debate sobre as exportações.

Aplausos do PS.

O que é que isto tem a ver com o Deputado Paulo Portas? — perguntará o Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Exactamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Tem a ver no seguinte: espero que não acabe o seu tempo sem dar também um contributo...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Pode estar certo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para que possamos aumentar as nossas exportações e sair daqui com um debate sério sobre a forma de responder às necessidades da economia portuguesa.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, quanto ao renovar e ao reforçar, devo dizer-lhe que, quando se renova a confiança num partido, isso significa sempre reforçá-la.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Credo!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Isso é que é fazer a quadratura do círculo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A verdade é que, no passado, nos deram um mandato para uma legislatura e, agora, deram-nos um segundo mandato para uma segunda legislatura.

O Sr. Deputado lembra-se bem do que aconteceu quando o seu partido esteve no governo. O Sr. Deputado, há pouco, estava a dizer «Credo!». Pois foi justamente o que os portugueses disseram, ao fim de três anos de governo CDS/PSD: credo!!

Os portugueses não acreditaram e não renovaram o vosso mandato.

É isso que quero dizer com o «reforçar», Sr. Deputado.

Depois, o Sr. Deputado refere-se às previsões do Banco de Portugal. Não deixo de considerar absolutamente irónica essa sua fé, agora, nas capacidades de visão económica do Dr. Vítor Constâncio.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Agora, está de partida!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, tudo o que o Banco de Portugal faz deve estar escrito numa lápide, Sr. Deputado!... Isso diz muito do oportunismo político.

Mas sabe, Sr. Deputado, os indicadores que temos, em todos os domínios, quer no consumo, quer no investimento, quer nas exportações, não nos levam a mudar aquilo que é a previsão do Governo para este ano: 0,7% de crescimento.

E como digo, Sr. Deputado, no Verão do ano passado, todas as instituições internacionais previam para Portugal a continuação da recessão económica de 2009 em 2010. A verdade é que, este ano, já vamos crescer — e isso é uma boa notícia para o nosso País. E é também uma boa notícia a forma como reagimos à crise: reagimos melhor do que outros países. Reagimos melhor do que a Espanha e reagimos melhor do que a generalidade dos países europeus. O decréscimo económico na Suécia foi de 5,9%, na Finlândia foi de 7,8%, na Inglaterra, na Alemanha foi de 6% e aqui, em Portugal, foi 2,7%.

Qualquer que seja a perspectiva, Sr. Deputado, a recessão, em 2009, mostrou que a economia portuguesa resistiu melhor à crise.

E, sabe, Sr. Deputado, nós tivemos uma recessão, em Portugal, em 2009, sim, quando houve uma recessão mundial.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sim...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Sr. Deputado já esteve no governo quando houve uma recessão, em Portugal, sem haver qualquer recessão ao nível internacional. Essa explicação o Sr. Deputado ainda tem de dá-la!

Aplausos do PS.

Depois, Sr. Deputado, digo-lhe o seguinte: o Programa de Estabilidade e Crescimento foi bem recebido internacionalmente, no fundamental, por três razões: primeira, porque tem um bom cenário macroeconómico, fiável e seguro; segunda, porque é um programa credível, com medidas que reduzem a despesa do Estado e, reduzindo a despesa do Estado, centra-se na possibilidade de a economia crescer, isto é, não onera as empresas, não onera a parte económica e potencia a possibilidade de crescimento...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Finalmente, este Programa de Estabilidade e Crescimento é também um programa justo, que distribui com equidade os esforços que Portugal tem de fazer. E distribui-os, fundamentalmente, com três instrumentos. O primeiro é a nova taxa de imposto de 45%; o segundo diz respeito à tributação das mais-valias; e o terceiro tem a ver com a revisão do nosso sistema de benefícios fiscais. E devo dizer aos Srs. Deputados que esta revisão dos benefícios fiscais é uma revisão justa. Os benefícios fiscais foram considerados por todos os ministros das Finanças, nos últimos 20 anos, como a parte mais injusta do nosso sistema fiscal. E porquê? Porque os escalões de mais elevados rendimentos beneficiavam mais do que os escalões de menores rendimentos.

Podíamos nós continuar com esta injustiça? Este é o momento para fazermos, tal como estava no nosso programa eleitoral,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... uma revisão do sistema de benefícios fiscais, que reduza a despesa fiscal e restaure a justiça, para que todos possam contribuir para o esforço de consolidação orçamental e finalmente se faça justiça, de modo a que uns não financiem outros naquilo que diz respeito aos benefícios fiscais e à despesa fiscal no Orçamento do Estado!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, lá vai o senhor a correr atrás do tempo, para ver se já não fica com tempo e não tem de responder a mais nenhuma pergunta — é tão óbvio o seu sistema, Sr. Primeiro-Ministro!...

Agora, deixe-me dizer-lhe o seguinte: fica para a história o debate de hoje, em que V. Ex.^a diz que 36% face a 45% é um reforço. Podia ter dito que era um lapso... Mas não: com a sua tolerância habitual, veio reforçar o que já tinha dito!...

Depois, devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que contribuo activamente para a revisão das políticas do Governo. Quer que lhe dê exemplos? Eu dou-lhe: o valor do défice — reviram! O TGV — reviram! A avaliação de professores — reviram! As leis penais — reviram! O PRODER — reviram! As taxas moderadoras — reviram! Os bónus e os prémios dos gestores públicos — reviram! O Estatuto do Aluno — reviram! Quer mais algum contributozinho para não poder governar com o seu programa porque nada daquilo era credível?

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, quanto à carga fiscal, matéria que considero muitíssimo relevante, gostaria de pedir-lhe um comentário sobre o anexo ao Relatório da Primavera acerca de uma matéria muitíssimo relevante, a que o senhor chama «benefícios» e que qualquer pessoa licenciada em Direito sabe que são deduções. Sei por que é que quer confundir: o senhor quer passar a ideia de que são benefícios, mas são deduções. Deduções com saúde e com educação são despesas correntes das famílias.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Não é nenhum privilégio; é a única maneira que as famílias, nomeadamente as da classe média, têm de suportar as suas despesas correntes.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, diz o anexo ao Relatório da Primavera o seguinte: «Políticas que aumentem o custo da educação através dos impostos podem levar a maiores receitas fiscais no curto prazo, mas fá-lo-ão com o custo, a médio e longo prazos, de níveis mais baixos de educação e, consequentemente, a um menor crescimento económico». Ou seja, se as famílias não podem deduzir despesas de educação, o que o senhor está a prejudicar é não apenas o poder de compra mas também a qualificação e a possibilidade de haver um «elevador social» através da educação.

Não posso deduzir, não posso escolher, não consigo ter opção! Ou seja, o senhor está a penalizar o País, para além de estar a penalizar as famílias.

Quero pedir-lhe um comentário, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, eu procuro responder às perguntas, não tenho qualquer estratégia de gestão do tempo.

Risos do CDS-PP e do Deputado do PSD Agostinho Branquinho.

O Sr. Deputado é que me julga sempre à sua própria medida. O Sr. Deputado é que é muito hábil nesses truques parlamentares. Mas não me confunda consigo!

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, chamo-lhe «benefícios fiscais», sim! Os benefícios fiscais são a parte mais injusta do nosso sistema fiscal. Comparemos aquilo que é o benefício fiscal na educação entre o 1.º escalão e o mais alto escalão: a diferença é de um para sete. Comparemos o mesmo na saúde: a diferença é de um para cinco. O Sr. Deputado chama a isto justiça?!

E o Sr. Deputado escusa de invocar argumentos terroristas,...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Terroristas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... dizendo às famílias e procurando, aliás, enganar os portugueses: «Já não vai ser possível deduzir!» Não é verdade! Vamos instituir tectos, Sr. Deputado, para que haja mais justiça e para que os dos pequenos escalões não estejam a financiar, com a sua despesa fiscal, as despesas, em educação e em saúde, dos segmentos mais ricos da nossa sociedade. Isto é fácil de entender por quem perfilha ideias de esquerda, Sr. Deputado!!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sim, sim...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Compreendo que, na sua perspectiva de direita, quando se faz um Orçamento ou um PEC que visa tributar mais os elevados rendimentos com 45% e colocar um tecto nos benefícios fiscais que atinge fundamentalmente aqueles sectores da nossa sociedade que têm melhores condições e melhores rendimentos, o Sr. Deputado não goste.

Mas digo-lhe, Sr. Deputado: esta é a altura e a oportunidade de Portugal perceber que tem de fazer uma operação de justiça e de equidade naquilo que é o sistema de benefícios fiscais, em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor descobriu, ao fim de seis anos como Primeiro-Ministro, que há uma injustiça fiscal — é extraordinário...!!

Risos do CDS-PP.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Não, não! Já foram corrigidas muitas!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — É muito curioso! Demorou cinco anos! Que lentidão, Sr. Primeiro-Ministro!

Mas tenho de voltar a corrigi-lo: é porque o Sr. Primeiro-Ministro insiste em chamar «benefício», para ver se ilude as pessoas, àquilo que é uma dedução; e insiste em insinuar que são milionárias pessoas que têm 900 €/mês para viver.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, o senhor decidiu cortar as deduções com saúde e com educação —...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É falso!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — ... e não é com PPR, nem com energias renováveis! — a famílias que têm 900 €/mês, ou 1500 €/mês, ou 2000 €/mês para viver. E decidiu atacar, fiscalmente, a classe média baixa, a classe média e a classe média alta. E o senhor com isso — tal como este estudo, que o senhor devia ler, vem provar ou alertar — está não apenas a diminuir o poder de compra das famílias mas também, ao eliminar ou reduzir a possibilidade de se fazerem deduções com a educação, a prejudicar o País, porque a educação e o investimento na educação é a possibilidade de alguém, que vem de um meio desfavorecido, subir na vida através do estudo e do esforço, Sr. Primeiro-Ministro!

Risos do Primeiro-Ministro.

Não se ria, Sr. Primeiro-Ministro! Não se ria, porque há muita gente neste País que, através da educação, do esforço e do estudo, conseguiu deixar aos seus filhos mais do que recebeu dos seus pais!

Aplausos do CDS-PP.

Mas, já agora, Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Concluirei, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, já agora, não queria deixar de lhe solicitar que, no tempo que certamente o Partido Socialista lhe disponibilizará,...

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Isso é uma grande deselegância!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — ... o senhor pudesse deixar uma nota sobre esta matéria: eu defendo a separação entre a iniciativa privada e o Estado e entendo que o Estado, quando tem interesses estratégicos a defender, deve fazê-lo, mas deve respeitar a vida de empresas que são privadas. Quero pedir-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se pode comunicar ao Parlamento se é verdade que a Caixa Geral de Depósitos, empresa do Estado, vai indicar o antigo ministro Mário Lino para presidente da Cimpor.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há uma semana, foi preso, na Alemanha, um administrador da Ferrostaal, no âmbito de uma investigação judiciária acerca de um caso de corrupção, investigação essa que, como sabe, se estende a Portugal, com acusações a um cônsul, a um contra-almirante e com uma investigação a governantes portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, como esta é a primeira oportunidade que tem para se pronunciar sobre esta matéria, queria que nos garantisse, como esperamos, a total cooperação do Governo português com as instâncias judiciárias portuguesas e alemãs no que pode ser o maior escândalo de corrupção dos últimos 35 anos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, em primeiro lugar, o Governo não comenta investigações judiciais em concreto. O Governo prestará, como tem prestado, toda a cooperação que lhe for solicitada pelas autoridades judiciais nesta matéria. E a verdade é que já o fez.

Quer também dizer que o Estado português, como já disse o Sr. Ministro da Defesa, cumpre a lei e honra os contratos e espera que os outros o façam.

O Estado português já comunicou a essa empresa que não estamos satisfeitos e que consideramos inaceitavelmente baixos os níveis de cumprimento das contrapartidas neste contrato dos submarinos. O Ministro da Defesa também já declarou publicamente, salvo erro no dia 10 de Março, que solicitou ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República um parecer sobre a legalidade dos contratos em causa, tendo em conta a acusação que foi feita pelo Ministério Público relativamente ao contrato de contrapartidas.

Sr. Deputado, como pode ver, o Governo português faz o que deve fazer e quer ver, como todos, tudo isto esclarecido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, registo as suas palavras. Creio que vamos no bom caminho. Aqui está uma poupança orçamental em relação a uma despesa injustificada. O País agradeceria se a pressão orçamental diminuísse com medidas certas.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Quero, no entanto, voltar à questão orçamental e económica.

Hoje, o Sr. Primeiro-Ministro foi entretendo o Parlamento com a noção florentina do reforço da confiança de que beneficiou nas últimas eleições. Só espero que esta versão do «crescer para baixo» se aplique só no plano político e não na perspectiva económica e no desenvolvimento da nossa economia.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Porque é aqui que é preciso todo o rigor. E não cabe nenhuma palavra injustificada.

Por isso, volto à questão do Programa de Estabilidade e Crescimento, sobre o qual ficou tanto por explicar e em relação ao qual o Sr. Primeiro-Ministro não se pôde pronunciar neste Parlamento.

A questão que lhe vou colocar diz respeito às privatizações. Há dois anos atrás, Sr. Primeiro-Ministro, disse-me o seguinte — e vou citá-lo exactamente: «A REN é pública e manter-se-á pública. O Estado tem 51% e não diminuirá a sua participação justamente por ser uma empresa estratégica». Sr. Primeiro-Ministro, queria que me explicasse em que momento é que esta empresa deixou de ser estratégica.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, retomo a sua primeira pergunta para o corrigir. Quando falou em governantes, queria referir-se, certamente, a ex-governantes. É muito importante esse ponto, pois já ouvi algumas declarações pretendendo que são governantes no activo. Não são, são ex-governantes.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, não vim aqui entreter ninguém, vim falar de um assunto muito sério: exportações. E lamento muito que estejamos já na terceira ronda de perguntas e que ninguém tenha dado um contributo que fosse para que Portugal, o Governo português, pudesse adoptar medidas melhores para fomentar as exportações portuguesas.

Aplausos do PS.

Se me permite, Sr. Deputado, isto também diz muito da oposição que temos. Inclusivamente, o Sr. Deputado Paulo Portas tanto fala, tanto fala, tanto fala, mas chega ao final e, sobre exportações, zero! Mas enfim!...

Relativamente às privatizações, já expliquei o seguinte: as privatizações são uma opção do Programa de Estabilidade e Crescimento. Essa opção visa responder a um desafio novo que não tínhamos em 2007. Esse desafio chama-se «crescimento da dívida pública». Em 2007, não tínhamos um problema desta dimensão com a nossa dívida pública; agora temos. Embora a nossa dívida externa esteja, hoje, ainda abaixo da média da União Europeia, a verdade é que se nada fizermos a nossa dívida externa subirá até aos 100%.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Está a ver ao contrário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Desculpem, queria dizer dívida pública.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É disso que estamos a falar quando falamos de privatizações e do impacto orçamental na dívida pública. Está abaixo da média europeia.

Mas agora temos um risco: a possibilidade de, nos próximos anos, essa dívida ultrapassar os 100%.

A alternativa seria ou nada fazer ou fazer privatizações que possam estabilizar a nossa dívida pública. Ora, penso que devemos estabilizar essa dívida pública.

A resposta que lhe dei, Sr. Deputado, dizia respeito a essa Legislatura e a 2007. Neste momento, temos outro quadro e precisamos de lhe responder. Por isso, Sr. Deputado, relativamente à REN, vamos fazer uma privatização com a consciência do significado e da importância da REN. Procuraremos fazê-lo para que essa alienação preserve o interesse estratégico do Estado na REN. Se o Sr. Deputado me permitir, e se quer ser sério na discussão, o que nem sempre tem acontecido, devemos reconhecer que...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Só faltava essa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já vou explicar porque não tem sido.

É que a REN é uma empresa concessionária. E, muitas vezes, o Sr. Deputado dá a entender ao País que, ao privatizarmos a REN, estamos a vender a rede de distribuição de energia e de electricidade. Isso não é verdade.

Risos do BE.

O que estamos a fazer é a privatizar a concessão, já que as infra-estruturas...

Protestos do Deputado do BE Francisco Louçã.

Ó Sr. Deputado, se não entende a diferença, paciência, desisto de explicar!

Risos do BE e do PCP.

Mas esta matéria é muito importante. A REN é uma empresa concessionária e não proprietária.

A diferença é simples. Quando o PSD e o CDS, há uns anos, decidiram vender à PT a rede de telecomunicações móveis, venderam a infra-estrutura. Não é este o caso. A REN é concessionária. O Sr. Deputado não sabe qual é a diferença? É muito importante do ponto de vista económico.

É por isso que o Governo está convencido de que podemos preservar o interesse estratégico na REN, na concessão, não com 51% mas com menos, através de acordos parassociais, algo que se faz em muitas empresas. O interesse estratégico numa empresa não se cumpre e não se defende apenas com a maioria do capital. Defende-se também com outros instrumentos. É isso que vamos fazer.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, concessionário é aquele que tem uma concessão. Se o senhor vender a empresa que tem a concessão não vão existir duas empresas com a concessão. A certeza que temos é esta: não vai haver concorrência...

Não se ria, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O senhor é que se está a rir de si próprio!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — É que não vai haver concorrência porque o monopólio é entregue àquela empresa. Até sabemos a quem é entregue, porque já se sabe que é uma empresa espanhola que vai comprar esta parte que está em causa. Como se sabe quem vai comprar a parte da Galp. Como se sabe muito do que o senhor não quer dizer.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, em 2007, o senhor não me disse que só não vendia a REN então, não me disse que ela era estratégica em 2007! Disse que era estratégica, ou seja, um bem público. Era uma capacidade pública de actuação sobre a estratégia da economia.

E já agora, Sr. Primeiro-Ministro, que gosta tanto do rigor da palavra — e se esquece tão facilmente da sua —, trago-lhe aqui o seu Programa de Governo. Sabe o que isto é, Sr. Primeiro-Ministro? Chama-se Programa de Governo do Partido Socialista. E olhe que surpresa: não fala de privatizações! Só o refere uma vez, na página 94. Diz o seguinte: «Vamos acautelar as consequências da privatização da ANA nos Açores e na Madeira». Olhe que estratégico!...

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Aqui está toda a nossa diferença. A nossa diferença não é fazer propostas ou não fazer e o que o Governo faz é contrário a um interesse estratégico da gestão do bem público, mesmo do ponto de vista da dívida pública.

Sr. Primeiro-Ministro, em dividendos, a EDP rendeu, no ano passado, 130 milhões de euros; a Galp rendeu 125 milhões; a REN rendeu 90 milhões; os CTT renderam 60 milhões. Estão aqui 400 milhões de euros, num ano, em quatro empresas!

O senhor quer vendê-las e diz-nos, no Programa de Estabilidade e Crescimento, que no próximo ano, com isso, consegue abater em 50 milhões de euros o juro da dívida pública. Ou seja, perdem-se empresas estratégicas para não se ter qualquer efeito económico!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, antes que esgote o seu tempo, digo-lhe porque insistimos tanto nisto: insistimos em empresas estratégicas, como os Correios, a ferrovia, os transportes, a energia, porque o País precisa!

Há ainda um tabu, uma palavra que não foi dita no debate até agora e que se chama «desemprego». É certo que é muito grave o que nos diz o Banco de Portugal, mas o mais grave de tudo é que confirma o que o Governo nos diz no PEC, segundo o qual não haverá criação de emprego. Mas no seu Programa, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor diz-nos que vai obrigar pessoas que estão desempregadas a trabalhar com salários abaixo do salário mínimo nacional, ou seja, com mais 10% do que o seu subsídio de desemprego. Sabe fazer contas, não sabe, Sr. Primeiro-Ministro? Isso quer dizer que essas pessoas irão receber um salário abaixo do salário mínimo nacional!

Sr. Primeiro-Ministro, por favor, não vai perder a oportunidade de nos explicar o que consta da página do PEC que diz que, depois de 600 000 desempregados terem esgotado o subsídio de desemprego, o senhor vai pôr um tecto nas prestações sociais.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, quer isso dizer que um desempregado que não tenha subsídio de desemprego, porque se esgotou e não tem oportunidades, vai «bater à porta» do rendimento social e dizem-lhe que atingiu o tecto e que não tem nenhuma oportunidade?! É isso que quer dizer, Sr. Primeiro-Ministro?!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, a verdade é que o País enfrenta hoje novos riscos que não enfrentava em 2007. Esta é a pura e cristalina das verdades. E quem pretende disfarçar ou iludir o risco do crescimento da dívida pública portuguesa não está a falar a sério num debate sobre economia.

Como já tive oportunidade de dizer neste Parlamento, a verdade é que as nações endividadas são nações menos livres. Eu não pertenço a uma esquerda que olvida o défice e a dívida. Não. Eu não pretendo disfarçar essa situação, porque um dos grandes desafios lançados ao Estado e ao Estado social é deixar crescer a dívida pública sem controlo.

É por isso que ignorar este problema e manter-se agarrado a velhos dogmas ideológicos não responde às necessidades do País e à realidade.

Sr. Deputado, insisto, pois, nesta diferença que o Sr. Deputado sempre tentou esconder: a REN é uma concessionária da infra-estrutura que é pública, que é do Estado, e manter-se-á sempre do Estado.

Sr. Deputado, como se sabe, aqui ao lado, em Espanha, o Estado é apenas accionista da sua REN em 20% e não consta que o interesse estratégico do Estado espanhol esteja em causa.

Muitos desses dogmas, de ideias feitas, não passam de preconceitos ideológicos.

O Sr. Deputado já várias vezes «envenenou» estes debates baixando-lhes o nível. O Sr. Deputado diz que já está tudo decidido, que já se sabe quem vai comprar e quem vai vender.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Olhe, Sr. Deputado, não vou sugerir ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que proponha uma comissão de inquérito para que o Sr. Deputado vá lá explicar quem é que lhe disse a quem é que o Governo vai ou não vender!

Risos do BE.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não faço isso!

Mas o Sr. Deputado tem o dever de explicar em que é que se baseia para dar essas informações.

Sr. Deputado, o que acabou de dizer não tem a mínima correspondência com a realidade. O Governo vai fazer as privatizações com critério e obedecendo a tudo o que a lei prescreve, nomeadamente avaliações e concursos públicos. Portanto, nada está decidido sobre nenhuma empresa. O que o Sr. Deputado diz é apenas uma ofensa gratuita a um Governo que não lhe merecia essas referências.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ficou ofendido. Mas reparou que está ofendido sobretudo com a sua própria palavra? Há dois anos atrás, disse-nos que a REN era estratégica — não se tratava de saber se o negócio era da conjuntura, era estratégico! — e agora vem dizer que nem pensar, que a REN ficar pública é um dogma!

Sr. Primeiro-Ministro, é estratégico ou é um dogma ficar com essa empresa?

Digo-lhe o que são os dogmas, Sr. Primeiro-Ministro: dogma é não combater a dívida pública por desperdiçar dinheiro.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exactamente!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Quando o Sr. Primeiro-Ministro lança 1000 milhões de euros para submarinos, não sente, no fundo da sua consciência, que está a desperdiçar dinheiro? Ou quando põe no seu PEC 1000 milhões de euros para o *offshore* da Madeira?

Aplausos do BE.

Protestos do Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, a esquerda moderna não sente, no fundo da consciência, que está a deitar dinheiro à rua?

E não se faça de ofendido, porque a clareza das contas exige que o Primeiro-Ministro tenha uma palavra neste Parlamento.

Se o Primeiro-Ministro nos diz aqui que não vende uma empresa pública porque é estratégica, vou tomá-lo a sério. Não quero é que o Primeiro-Ministro diga uma coisa antes de eleições e outra depois de eleições, que vá com um programa que não tem privatizações e depois diga...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi em 2007!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Será que o senhor não sabia, quando fez o Programa de Governo, que havia dívida pública?! Não sabia, Sr. Primeiro-Ministro?! Não sabia, em Setembro de 2009, que havia dívida pública?! Onde é que estão as privatizações?!

Aplausos do BE.

A isto chama-se reforçar a confiança, não chama, Sr. Primeiro-Ministro?... É reforçar a confiança!... Ir a eleições escondendo aquilo que quer fazer.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Registo, já agora, Sr. Primeiro-Ministro, que nada disse quanto à questão mais importante que lhe coloquei, no sentido de saber o que é que tem a dizer — já não digo a mim, mas aos

Deputados do Partido Socialista —, sobre o tecto que vai impor nas prestações sociais, quando um desempregado bater à porta da segurança social, pedir o rendimento social e lhe disserem que o tecto foi alcançado, que há demasiados desempregados, há demasiados pobres. Isso está aqui, no Programa de Estabilidade e Crescimento! Se o quer retirar, está a tempo, e até o aplaudo por isso. Mas a verdade é que está aqui, e o Sr. Primeiro-Ministro ainda não explicou nada sobre esse corte totalmente injustificado e totalmente dogmático.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ao contrário da afirmação célebre do Sr. Ministro das Finanças, a evolução da economia não é determinada pela astrologia, por anúncios ou por gritos de alma, mas por leis objectivas. E a sua intervenção, aqui, sobre a questão das exportações faz um salto em «fuga para a frente», omitindo que há um ponto de partida, uma matriz, que vamos regressar, novamente, à ditadura do défice e aos prazos pretorianos da sua redução que colocam o País e a economia num «colete de forças» sufocante — um dogma.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — A minha primeira pergunta, Sr. Primeiro-Ministro — já lha fiz várias vezes, em diversos espaços, mas nunca consegui que ma explicasse —, é a seguinte: que razão objectiva, que lei, que racionalidade económica determina que um país em dificuldade, que precisa de crescimento, tem de cumprir esse dogma de, em três anos, reduzir o défice 3%? Por que não 4%? Explique essa teoria, essa racionalidade económica que é imposta pelo dogma do défice das contas públicas.

Apresentou-nos como solução o aumento das exportações e a internacionalização da economia. Já agora, dou-lhe uma contribuição para que comece a concretizar esse objectivo.

No que se refere aos apoios às empresas pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) para a participação na Feira Internacional de Luanda (FILDA), mais de 100 empresas ainda não receberam as comparticipações de 2008 e de 2009.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Aliás, o Sr. Dr. Basílio Horta confirmou esses atrasos. Trata-se de ajudas ao abrigo do QREN, e muitas destas empresas são PME. Perguntamos: é assim que o Governo apoia a internacionalização? Quando é que vão ser pagas, Sr. Primeiro-Ministro? Fica a pergunta.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Referem-se a 2008 e 2009!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ainda em relação à questão da internacionalização, o Sr. Primeiro-Ministro sabe, tão bem ou melhor do que eu, que existem factores determinantes, como o investimento público e privado, o aumento do consumo e o desenvolvimento do mercado interno, que é preciso uma visão estratégica de industrialização, de desenvolvimento da agricultura, uma política do mar e dos nossos recursos, uma política de emprego que conduza à aplicação de saberes, de experiências e da formação, a valorização dos salários e dos direitos de quem trabalha como factor não só de justiça social mas, simultaneamente, potenciador do aumento do consumo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ora, o PEC propõe precisamente o contrário. E, perante um país que tem esta dimensão dos problemas concretos, o Sr. Primeiro-Ministro vem à Assembleia da República, todo satisfeito, porque está a perspectivar o aumento das exportações e a internacionalização da economia.

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro — o PEC responde negativamente a isto: considera ou não que as questões do desenvolvimento do mercado interno, do emprego, da defesa do nosso aparelho produtivo e da nossa produção nacional são os elementos determinantes que podem levar ao crescimento e ao desenvolvimento económico?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, penso que a sua intervenção foi muito esclarecedora para que todos percebam porque é que nenhum programa de estabilidade e crescimento é aprovado à esquerda, com o Partido Comunista ou com o Bloco de Esquerda. Por uma razão muito simples: em primeiro lugar, quer o Partido Comunista quer o Bloco de Esquerda recusam-se a constatar que as questões que dizem respeito ao endividamento do Estado são um empecilho e um elemento muito negativo para o desenvolvimento das políticas sociais. Julgo que a maior ameaça a um Estado social é o excesso de dívida e o excesso de défice.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mas porque é que é 3% e não 4%?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E alguém que preze a intervenção e o papel do Estado na sociedade não pode esquecer que esse Estado tem de ter as contas públicas em ordem e a dívida controlada para poder financiar o desenvolvimento das suas políticas sociais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas por que é tem de ser 3%?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Julgo que uma esquerda que não considera que a dívida e o défice atingem o coração do Estado social verdadeiramente não é uma esquerda que se possa candidatar à governação e ao desenvolvimento das políticas sociais.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mas por que é que é 3% e não 4%?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por outro lado, Sr. Deputado, penso que há também uma incapacidade de estes dois partidos perceberem o mundo em que vivem. E nós vivemos na União Europeia. Há um Pacto de Estabilidade e Crescimento que diz respeito, justamente, à união monetária. A moeda única foi dos maiores feitos políticos que a humanidade, nas últimas décadas, conseguiu produzir.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ah! Agora a culpa é da moeda única?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Imaginar que já não há franco, que já não há marco, que já não há escudo...

Protestos do PCP.

E rir-se disso, Sr. Deputado?! Com franqueza! Penso que o projecto da União Europeia e o projecto...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Os senhores é que são responsáveis por isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, oiça-me por um minuto.

O projecto da União Europeia e o projecto da moeda única são dos feitos políticos mais importantes das últimas décadas! E temos a obrigação de cumprir essas regras. Por isso, Portugal, tal como os outros países, vai fazer aquilo que deve!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nos próximos três anos, vamos cumprir aquilo que é uma responsabilidade de Portugal inscrita nos tratados. Porque isso é importante para a união monetária? Sim! Mas porque isso é importante para o nosso país. Ter as contas desequilibradas e a dívida em excesso significa um desafio e um risco para a economia portuguesa. E quem não entende isso, Sr. Deputado, lamento muito, mas considero que não está à altura dos desafios sérios que enfrentamos.

Sr. Deputado, venho aqui falar de exportações e já vamos nas perguntas formuladas pela quarta bancada — PSD, CDS, BE e PCP — e ainda não ouvi uma única proposta.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Nós fizemos-lhe uma pergunta sobre exportações!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não sei se os Srs. Deputados ouviram, mas eu não ouvi nem uma proposta, nem uma ideia, nem uma orientação!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Fizemos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já não me refiro a uma proposta concreta, mas a uma orientação.

Sr. Deputado, viemos aqui expor ao Parlamento estas medidas para que pudéssemos debater o futuro do País, porque aqueles que nos estão a ouvir, muitos empresários e muitos trabalhadores, percebem a importância do que estamos a falar.

Não estamos a falar de coisas abstractas. Quando venho dizer que vamos abrir uma Loja de Exportação em Leiria pela primeira vez significa levar a administração da internacionalização junto das empresas, significa que muitas pequenas e médias empresas vão poder ter perto de si quem os aconselhe e quem os oriente, significa uma mudança! E os Srs. Deputados consideram que não devem discutir estas medidas pela simples razão de que se não vêm nos jornais não são tema político. Sr. Deputado, é assim que se desvaloriza a política.

Quando venho aqui dizer que vamos criar o programa Inov-Export destinado a colocar 500 jovens qualificados...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Responda à pergunta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e licenciados nas pequenas e médias empresas portuguesas para reforçar as suas competências na área da internacionalização, na promoção dos seus mercados,...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quando venho aqui dizer que vamos instituir amanhã um fundo para a internacionalização significa dar uma palavra de incentivo e de encorajamento às empresas portuguesas para saberem que têm o Estado ao seu lado e que, juntos, enfrentaremos as dificuldades e caminharemos no sentido de afirmar a economia portuguesa como uma economia internacional e mais forte na economia global.

É disto que estamos a falar, Sr. Deputado, e é para isto também que o convoco: para dar um contributo a este debate, para explicar ao País qual é a perspectiva do Partido Comunista na potenciação das nossas exportações. Diga-nos se estas medidas são boas, se considera que é preciso mais e, nesse caso, quais são essas medidas.

É assim que se discute seriamente um tema político. O resto, Sr. Deputado, interessa pouco aos portugueses. Os portugueses estão à espera de respostas e de soluções para os problemas, não de politiquice, não de questões de poder, porque instituir debates de substância sobre a orientação política é que é contribuir para a dignidade da nossa democracia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não há nenhum malabarismo discursivo que fuja a esta questão. Coloquei-lhe uma pergunta concreta,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sobre exportações!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... dei-lhe um exemplo concreto e uma contribuição concreta sobre exportações, designadamente sobre 100 empresas que estão a ser prejudicadas pelo atraso de pagamento das ajudas em relação ao QREN, e vem aqui dizer, perante a Assembleia da República, que não fizemos qualquer pergunta nem demos qualquer contribuição. Assim não vale, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Espero que responda, se tiver tempo.

Uma segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com o facto de estarmos descontentes com este PEC, tal como os trabalhadores, os reformados e a maioria dos que vivem dos seus pequenos rendimentos. E o nosso descontentamento está em razão directa contrária do contentamento dos banqueiros que ouvimos neste fim-de-semana a dizer, nas televisões, que o PEC é óptimo, que gostam muito do PEC. E naturalmente têm razão: com este instrumento, vêem salvaguardados os seus privilégios e benefícios.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Porque repetiu aqui a questão da repartição equitativa das dificuldades e dos sacrifícios, Sr. Primeiro-Ministro, se me permite recorro à sabedoria popular: «uns comem as castanhas e outros queimam os dedos a tirá-las do lume».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Neste caso concreto, as medidas dolorosas, as escolhas deste Governo em relação aos salários, às prestações sociais e à fiscalidade, no concreto e no imediato, são para aqueles que trabalham, para aqueles que vivem da sua reforma, para aqueles que vivem dos seus pequenos rendimentos.

Em relação àqueles que são os responsáveis principais da crise, porque são os responsáveis principais da crise, a esses nada acontece; antes pelo contrário, continuam a beneficiar.

Dou-lhe mais um exemplo concreto: o Sr. Primeiro-Ministro disse que a tributação das mais-valias estava inscrita no PEC. Mas isso é uma declaração de intenções. Ora, gostaríamos de saber para quando é. O congelamento dos salários foi agora. E a questão da tributação das mais-valias é para quando, Sr. Primeiro-Ministro?

Pode não responder, mas fique sabendo que uma das primeiras iniciativas do PCP será um projecto de lei a tentar concretizar aquilo que é um mero anúncio no PEC, ou seja, que as mais-valias sejam tributadas em nome de uma maior justiça fiscal!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, desculpe por não ter respondido à pergunta que o Sr. Deputado fez sobre exportações. A pergunta era a seguinte: «Sr. Primeiro-Ministro, diga-me lá por que é que ainda não pagaram as ajudas à deslocação de algumas empresas à Feira Internacional de Luanda em 2008 e 2009?».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — De 100 empresas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Como o Sr. Deputado compreenderá, não tinha essa informação, mas pedi ao Sr. Secretário de Estado que a obtivesse. E já temos a informação.
Diz a informação que esse atraso...

Risos de Deputados do PCP e de Os Verdes.

Não sei por que é que é esse riso, Srs. Deputados! Pensam que isso vos eleva?! Pensam que isso contribuiu para a dignidade do debate?!

Gostaria de vos informar (não se querem a resposta, se querem apenas brincar) que as ajudas estão em situação de regularização.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Estamos a ouvir!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A primeira devolução às empresas já foi feita em Fevereiro e, na próxima semana, será feita a segunda.

Respondi à sua pergunta. Mas o Sr. Deputado considera que é um bom contributo para o debate sobre a internacionalização da economia vir perguntar, sobre um caso pontual, por que é que ainda não se pagou às empresas?

Compreendo que pergunte...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ofende?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não ofende nada. Aliás, respondi à sua pergunta. Mas respondi tão honestamente que a sua bancada se começou a rir...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Não é verdade! Não tem razão!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é verdade que a sua bancada se começou a rir?
Respondi honestamente.

O Sr. **Presidente**: — Terá de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Diga-me, Sr. Deputado: pensa que o contributo que o Partido Comunista dá para a estratégia de internacionalização da nossa economia consiste em fazer esta pergunta e nada mais dizer sobre exportações?! Pequeno contributo, Sr. Deputado!

Protestos do Deputado do PCP Bernardino Soares.

Sr. Deputado, peço que sejam sérios no debate político. Estamos a discutir a estratégia de internacionalização da nossa economia.

O Sr. **Presidente**: — Terá de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou concluir, Sr. Presidente, fazendo uma referência à matéria dos bancos, questão que o Sr. Deputado coloca sempre.

Quero que o Sr. Deputado não se esqueça que, pela primeira vez, vão ser taxados os prémios dos gestores dessas empresas e que, no Orçamento do Estado para 2010, colocámos um tecto para uso de benefícios fiscais, tal como vamos fazer para as famílias, por forma a que a tributação efectiva dos bancos e das grandes empresas aumente.

Protestos do PCP.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ah, não interessa nada. Já está feito, vamos falar de outras coisas...

Sr. Deputado, finalmente, vamos fazer a tributação das mais-valias e, como sempre disse, devemos fazê-lo num momento oportuno, quando os mercados de capitais recuperarem, por forma a que esta tributação cumpra os objectivos do Programa de Estabilidade e Crescimento e contribua para os objectivos de consolidação orçamental.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, talvez seja bom o Sr. Primeiro-Ministro entender, de uma vez por todas, que a Assembleia da República não funciona só quando o Sr. Primeiro-Ministro está presente! Se não existe coordenação no Governo, designadamente por parte do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, para informar o Sr. Primeiro-Ministro com regularidade do que se passa, do que se discute e do que se propõe nesta Casa, esse é um problema do Governo!

Sr. Primeiro-Ministro, Os Verdes, por exemplo, já propuseram, na Assembleia da República, que se criasse um tipo de «via verde» de acesso das micro, pequenas e médias empresas ao QREN, não só no sentido de criar melhores e mais condições para a internacionalização dessas empresas, mas também para que elas se reforcem no mercado nacional. Mas este é um assunto sobre o qual o Sr. Primeiro-Ministro não gosta de falar, porque estrangula o mercado nacional!

Sr. Primeiro-Ministro, há mais vida para além da presença do Sr. Primeiro-Ministro na Assembleia da República. E os Deputados têm o direito de questionar o Sr. Primeiro-Ministro sobre o que bem entenderem!

Uma pergunta que quero fazer, em nome de Os Verdes, ao Sr. Primeiro-Ministro é a seguinte: está a querer despedir-se da Ministra da Saúde? Ou seja, vamos voltar a assistir a uma nova vaga de encerramento de serviços de saúde como assistimos quando se foi embora o então Ministro Correia de Campos?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, estou muito a par do que se passa na Assembleia e acompanho com interesse e com proximidade os trabalhos, mas julgo que, neste debate quinzenal, isso não dispensa nenhuma das bancadas de apresentarem, neste momento, as suas propostas, as suas ideias, as suas sugestões e as suas orientações...

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Sr.^a Deputada, importa-se de ouvir por um momento?

Só peço aos Srs. Deputados que me oiçam com o mesmo respeito com que eu os oiço. Não é pedir demais!

Relativamente a essa ideia de «via verde» de acesso ao QREN, devo dizer que o QREN apoia projectos de investimento. E não é nesse domínio que temos problemas de acesso ao QREN — aliás, temos um bom acesso ao QREN —, temos é dificuldade em que as empresas executem esse investimento dadas as dificuldades que existem, quer no acesso...

Protestos do PCP.

Não conseguem ouvir nada sem tentarem interromper. É absolutamente lamentável, para não dizer outra coisa!

Sr.^a Deputada, uma «via verde» de acesso ao QREN não resolveria nada, porque 90% das empresas são pequenas e médias empresas e, portanto, tínhamos de abrir uma «via verde» para todas!

Portanto, o caminho de acesso ao QREN está facilitado, não é aí que reside o problema, Sr.^a Deputada.

O problema das empresas na exportação prende-se com o conhecimento dos mercados, as competências nas empresas para poderem internacionalizar-se, as capacidades para se promoverem no domínio do *marketing* e da comercialização. Foi por isso que, em diálogo com as empresas, para sabermos exactamente o que é que elas precisavam, definimos estas propostas. Uma delas é no sentido da colocação de 500 jovens quadros no sentido de ajudar as empresas na promoção dos seus produtos internacionalmente.

Sr.^a Deputada, é assim que se contribui para soluções que possam ajudar ao desenvolvimento das nossas exportações.

Depois, Sr.^a Deputada, parece que o tema que queria trazer diz respeito à alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Valença.

Quero dizer à Sr.^a Deputada e a toda a Câmara que o Governo vai fazer aquilo que lhe compete, ou seja, a reforma das urgências no nosso país, em benefício de um melhor Serviço Nacional de Saúde.

A melhoria do Serviço Nacional de Saúde é absolutamente indispensável. Para reformarmos o SNS temos de criar serviços de urgência que tenham competências e capacidades para responder realmente aos problemas urgentes. E não podemos disfarçar o problema de termos centros de saúde que funcionam à noite sem nenhuma capacidade para prestarem serviços de urgência.

Tive oportunidade de dizer à Assembleia da República que, porventura, cometemos um erro no passado pelo facto de termos encerrado alguns horários de funcionamento nocturnos sem nos termos assegurado de que as alternativas já estavam em funcionamento. A verdade é que suspendemos esse movimento e agora fizemos tal como tínhamos prometido e combinado fazer com todas as autarquias: primeiro, entraram em funcionamento as alternativas e, depois, procedemos ao encerramento.

É assim, Sr.^a Deputada. E lamento muito que os responsáveis políticos não se refiram a isto. A verdade é que abrimos um serviço de urgência básico em Monção, que é absolutamente essencial para que aquela população se sinta bem servida e com segurança; requalificámos a urgência básica de Ponte de Lima; fizemos, também, a urgência médico-cirúrgica de Viana do Castelo; temos, em Valença, ambulâncias de suporte imediato de vida, assim como em Melgaço, em Arcos de Valdevez e em Ponte de Lima, as quais têm prestado um excelente serviço àquelas populações.

É assim que se reforma o Serviço Nacional de Saúde, porque estas reformas foram estabelecidas num diálogo entre o Governo e as autarquias, e esse contrato foi cumprido integralmente.

Se a Sr.^a Deputada anda à procura de causas para lhes dar expressão política, faça favor, mas essa é uma má causa, porque o que estamos a fazer é a lutar por um Serviço Nacional de Saúde melhor, que ofereça melhores serviços às populações!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não, o problema das micro, pequenas e médias empresas em Portugal tem também a ver com o acesso ao QREN e tem, sobretudo, a ver com a sua falta de liquidez, para a qual o Governo bem tem contribuído através das políticas que tem implementado, as quais têm estrangulado essas micro, pequenas e médias empresas em favor de grandes grupos económicos e do sistema financeiro. É, assim, resumidamente, a opção do Governo.

E a afirmação dessas empresas no mercado interno e no mercado externo está difícil justamente porque o Governo não ajuda. Monta uma loja — grande benefício para as empresas! Essa é a solução que o Governo tem para as empresas se internacionalizarem. Não! É preciso reforçar o nosso mercado, é preciso reforçá-las para que elas ganhem condições de se afirmarem também no exterior. É evidente, Sr. Primeiro-Ministro!

Relativamente às questões de saúde, não, também, Sr. Primeiro-Ministro! O vosso objectivo não é garantir a melhoria das condições.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Claro que não!...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Claro que não, diz o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, e muito bem.

Risos do Sr. Deputado do PS Sérgio Sousa Pinto.

Sabe porquê? Sr. Primeiro-Ministro, lembra-se do encerramento das maternidades? Lembra-se do critério que foi utilizado?

Sr. Primeiro-Ministro, no início desta Legislatura, dirigi uma pergunta ao Ministério da Saúde por escrito e, por acaso, ainda não obtive resposta da Sr.^a Ministra. A pergunta era a seguinte: porque é que o mesmo critério não foi utilizado para as maternidades privadas? Porque, acaso tivesse sido, muitas delas tinham sido encerradas. Até agora quantas foram, Sr. Primeiro-Ministro? Zero! Públicas, muitas! Privadas, zero!

Então não é a segurança dos utentes que está em causa?! É sempre a mesma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: poupar com os direitos que os cidadãos devem ter, e disso o Governo não quer saber!

Pode restringir direitos, mas desde que poupe na despesa em detrimento dos direitos dos cidadãos, esse é o grande objectivo do Governo.

Se os portugueses tomaram bem atenção a este debate, o discurso do Governo e a grande «carta» do discurso do Governo a partir de uma determinada altura — por acaso, a partir das eleições — passou a ser o défice. O desemprego começou a ser uma coisa secundária. Até no próprio discurso do Governo, a obsessão com o défice e com Bruxelas passou a ser a macro-política por parte do Governo, em detrimento dos direitos dos cidadãos, da qualificação do nosso país e dos nossos cidadãos e da melhoria das condições de vida dos cidadãos no nosso país. E era para isso, Sr. Primeiro-Ministro, que o Governo devia servir.

Por último, Sr. Presidente, quero denunciar as declarações feitas pela Sr.^a Ministra da Saúde relativamente à pretensão dos enfermeiros. Não é que a Sr.^a Ministra da Saúde reconhece a justeza da pretensão dos enfermeiros?! Claro, é evidente, porque é ela legítima, é justa, e o que vem dizer é que essa justiça não se vai aplicar porque não há condições financeira para isso! Isto diz tudo! O Governo gera injustiça no País em favor dos números de Bruxelas.

Chega, Sr. Primeiro-Ministro, de governar para Bruxelas! É tempo de começar a governar para o País, como, curiosamente, tinha prometido em campanha eleitoral!

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, procurarei, ao longo da minha intervenção, reconduzir a discussão ao tema lançado. É que há dois tipos de debates com o Sr. Primeiro-Ministro: há aquele em que são as bancadas que avançam com temas e há esta metodologia em que é o Governo que lança um tema para discussão.

Infelizmente, poucas foram as referências por parte das diversas bancadas ao tema lançado, que não parecia, sequer, um tema incómodo para a oposição, que podia ter uma postura construtiva e, pelo menos, provocar alguma discussão sobre a matéria.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não posso deixar de lhe fazer algumas perguntas sobre aquilo que tem sido dito.

Há uma previsão inscrita no PEC e um relatório do Banco de Portugal que diz que, porventura, o crescimento não será tão grande. Em relação a isto, temos duas posições possíveis. Uma, que diz que o crescimento não vai ser tão grande, que a receita vai ser menor e que é preciso cortar 500 milhões de euros. Mas vamos cortar 500 milhões de euros onde? Onde é que vão cortar 500 milhões de euros? A outra posição diz que não, que as nossas previsões estão bem suportadas e bem alicerçadas. Tomamos em boa conta as previsões e as preocupações do Banco de Portugal, mas mesmo as nossas previsões não nos satisfazem e, portanto, continuaremos a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para crescer ainda mais e não ter de cortar.

Qual destas duas posturas considera V. Ex.^a a mais correcta para enfrentar as dificuldades do País?

Relativamente a seguros de crédito à exportação, quando fizemos esse debate no passado, a situação era dramática para as empresas portuguesas do sector exportador. Dramática! E aquilo que o Governo procurou fazer foi encontrar soluções. A solução, em concreto, não foi aquela que estava inicialmente perspectivada, mas houve solução e hoje não temos a situação dramática que tínhamos então graças à pronta acção do Governo.

A preocupação do Governo, da Assembleia da República e de todas as bancadas da Assembleia da República não deve ser a de ficar pelos rótulos e pelos *slogans* mas, sim, a de perceber os problemas concretos das empresas do sector da exportação, encontrar soluções e resolver esses problemas, seja através da solução A, seja através da solução B. É preciso, acima de tudo, haver respostas concretas para esses problemas.

Sr. Primeiro-Ministro, como é que classifica quem enuncia as dificuldades do País, que o Programa de Estabilidade e Crescimento procura corrigir, e depois vota contra, sem apresentar qualquer alternativa que corrija os nossos problemas e permita ultrapassar as dificuldades, ficando-se pelo mero exercício de enunciar as dificuldades, sem propor alternativas, sem apresentar propostas e sem validar as propostas e as alternativas do Governo?

Passo a referir-me a correcções fiscais.

Era V. Ex.^a ou não Primeiro-Ministro de um Governo que criou o escalão dos 42%?! Era ou não V. Ex.^a Primeiro-Ministro quando se iniciou a convergência dos regimes de tributação entre os rendimentos da categoria A e os rendimentos da categoria H, ou seja, rendimentos oriundos do trabalho por conta de outrem ou oriundos de pensões?! Era ou não V. Ex.^a Primeiro-Ministro quando se fez uma grande reforma dos benefícios fiscais para os portugueses portadores de deficiência, em apoio às famílias onde estão incluídos cidadãos portadores de deficiência que não tenham rendimentos próprios?! Era ou não V. Ex.^a Primeiro-Ministro quando inúmeras deduções que eram feitas à matéria colectável transitaram para abatimentos à colecta, fazendo o tratamento igual das despesas dos portugueses, independentemente de estarem no escalão máximo, onde antes poupavam mais em termos fiscais, ou no escalão mínimo, onde antes poupavam menos?!

É ou não verdade que todas estas medidas são de equidade e justiça fiscal e foram promovidas quando era V. Ex.^a Primeiro-Ministro? E, em relação a isso, qual foi o comportamento de algumas das bancadas nesta Casa?

Relativamente à questão da classe média e dos benefícios fiscais, é sabido que, em termos de IRS, nos 1.º e 2.º escalões, que estão claramente excluídos da limitação ao usufruto dos benefícios fiscais, estão 66% dos agregados portugueses e que no 3.º escalão, que corresponde a 23%, a limitação afectará cerca de metade, o que quer dizer que 77% dos agregados portugueses com mais baixos rendimentos estão fora da limitação dos benefícios fiscais à matéria colectável.

É ou não verdade, Sr. Primeiro-Ministro, que, num momento de dificuldade, a equidade se faz pedindo um esforço maior a quem mais tem, que é exactamente aquilo que está em causa na limitação dos benefícios fiscais a 23% da população que mais ganha, sendo que o esforço para os primeiros escalões e mesmo dentro desses 23% é menor do que aquilo que terão os escalões mais altos?

Sr. Primeiro-Ministro, é ou não verdade que as despesas com a função pública e com os apoios sociais representam 75% da despesa do Orçamento do Estado? Um Programa de Estabilidade e Crescimento que não olhasse a esta realidade tinha alguma credibilidade?

É ou não verdade que o tecto que está definido no PEC para as despesas sociais corresponde, em 2013, a 21,5% do PIB? Trata-se de um tecto em função da produção de riqueza. Se o País produzir mais riqueza e o PIB subir, 21,5% dessa riqueza é mais do que se o PIB descer. O esforço deve ser para produzir mais riqueza, para melhor poder redistribuir essa riqueza.

É ou não verdade que o tecto previsto para 2013 de 21,5% é superior à realidade de 2008, em que a despesa social era de 20% do PIB? Ou seja, não é um tecto exigente, é um tecto que permite gastar mais em 2013 do que aquilo que se gastou em 2008 e em 2009. Mas tem de haver limites, porque o endividamento e a dívida serão pagos pelas gerações futuras, pela geração futura dos portugueses.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, é ou não verdade que há muitos que não se preocupam com o défice orçamental, que não se preocupam com a dívida pública, que não se preocupam com o endividamento externo — e, já agora, diga-se que também veio no relatório do Banco de Portugal que não é tão grave quanto se previa, e, portanto, este também era um apontamento que o PSD devia ter feito, considerando a sua central preocupação com o endividamento externo —, mas gostam de ter as taxas de juro baixas, considerando que têm sido um apoio importante para o rendimento disponível das famílias?

E o que é que acontece às taxas de juro, Sr. Primeiro Ministro, se mantivermos o aumento da dívida e não controlarmos o valor do défice orçamental? Esse esforço é ou não, porventura, ainda mais penalizante para as famílias portuguesas do que as medidas que estão inscritas no PEC e muito menos equitativo do que aquilo que está previsto no PEC?

Sr. Primeiro-Ministro, as centenas e centenas de empresários que têm acompanhado V. Ex.^a e o Governo em incursões internacionais de diplomacia económica, que assistem a este debate aqui ou através dos meios de comunicação social e que foram à Venezuela, à Rússia, a Angola, a Moçambique, a uma série de sítios onde V. Ex.^a já se deslocou, são, porventura, as melhores testemunhas do esforço que este Governo tem feito no sentido de promover os produtos portugueses e as empresas portuguesas e de rasgar novos horizontes e novos mercados aos nossos produtos.

Mas também é justo fazer-se justiça aos empresários portugueses do sector exportador que, confrontados com todas as dificuldades que hoje afectam o mundo inteiro, têm conseguido ganhar quota de mercado, têm conseguido descobrir novos mercados e têm também sabido aproveitar esta acção do Governo de diplomacia económica.

É importante exportar produtos portugueses, criar postos de trabalho nas empresas exportadoras, porque isso também corrige o desequilíbrio da nossa balança de transacções correntes e a nossa situação de endividamento externo. Portanto, apostar no sector exportador é apostar, claramente, num «3-em-1»: aumentar a produção em território nacional, corrigir o desequilíbrio da balança de transacções correntes e diminuir o endividamento externo do País.

Os mecanismos de apoio à internacionalização e às exportações têm funcionado bem, Sr. Primeiro-Ministro. Nada é perfeito, muito mais há a fazer e, em momentos de dificuldade, ainda mais, mas há o reconhecimento de que, na generalidade das situações, tem funcionado bem. Há um forte empenhamento político do Governo, mas também da Administração Pública, nesse sentido. Diga-se que há muita gente que trabalha para promover as exportações e a internacionalização da economia portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Finalmente, vou referir-me à questão do PME Investe.

Para além do novo lançamento, que irá amanhã a Conselho de Ministros, específico para o sector exportador, que penso ser de registar, apesar de ter passado em claro, também o anterior PME Investe permite a empresas que tenham dívidas ao fisco ou à segurança social poderem aceder ao crédito. Era um problema que existia nos PME Investe anteriores, porque as empresas com dívidas ao fisco ou à segurança social não tinham condições de aceder a esta ajuda ao seu financiamento.

O Sr. **Presidente:** — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Termina já, Sr. Presidente.

Ou seja, uma empresa, uma vez começando com problemas em relação ao fisco ou à segurança social, tenderia a entrar num efeito multiplicador de problemas difícil de contrariar.

Portanto, é também importante, não beneficiando os infractores, aqueles que não pagam ao fisco ou à segurança social, reconhecer que há boas empresas nessa situação que devem ter uma oportunidade de «retomar o pé» para também poderem contribuir, de forma decisiva, como tantas outras, para o crescimento nacional, para a produção de riqueza, para, depois, poder haver uma redistribuição, quer em apoios sociais, quer nas despesas do Estado, equitativa e justa.

Não se pode redistribuir o que não se tem, é preciso ter, é preciso produzir riqueza, é preciso criar emprego, é preciso apoiar as empresas, é preciso cobrar impostos a quem mais pode pagar, para, depois, poder distribuir a quem mais necessita.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Afonso Candal, acho que a nota mais saliente deste debate, ao discutirmos a matéria que diz respeito às exportações, é aquela que indicia claramente que a prioridade política para a economia, por parte deste Governo, é uma aposta no crescimento económico. Mas a aposta no crescimento económico nunca terá êxito sem apostar nas exportações.

E lamento, tal como o Sr. Deputado, o silêncio de todas as bancadas relativamente a esta matéria: do PSD; do CDS; do Bloco de Esquerda; do PCP, que fez uma pergunta para saber se já tínhamos pago a deslocação à Feira Internacional de Luanda de há uns anos atrás; e de Os Verdes, em que Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia achou que a Loja de Exportação era apenas uma loja. Isto é não perceber nada do que se está a passar.

Aquilo que fizemos ao instituir uma linha de crédito justamente para apoiar as empresas no financiamento e na liquidez para poderem vender para o exterior, aquilo que fazemos com a criação do Fundo de Internacionalização, aquilo que fazemos no sentido de desconcentrar a administração do IAPMEI e do AICEP, levando-os para mais próximo das empresas, é uma reforma da maior importância, à qual eu somaria a ideia de uma diplomacia económica, de uma concertação entre economia e negócios estrangeiros, apostada, no fundamental, em valorizar economicamente a excelente relação política que temos com algumas regiões do globo.

É, por isso, absolutamente lamentável que não tenhamos tido o contributo da oposição para este debate sobre exportações. Pelo contrário, o que ouvimos sempre da oposição é um discurso que pretende ser, sobretudo, alarmista, não hesitando, aliás, em mistificar completamente o debate.

Em primeiro lugar, em relação às décimas do Banco de Portugal,...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Décimas de crescimento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... à revisão das previsões do Banco de Portugal, diz o PSD que isso significa uma alteração do PEC. Nada de mais errado! O Governo não tem qualquer razão para alterar a sua previsão de crescimento económico deste ano — e estou bem seguro do que estou a dizer —, quer baseado nos indicadores que temos do consumo, do investimento e do comércio internacional, quer também baseado nas contribuições para a segurança social e nas nossas receitas fiscais. Estou bastante seguro relativamente à execução orçamental e àquilo que significa a aposta no crescimento para este ano.

O que me parece é que toda a oposição tem interesse em valorizar qualquer hipótese de má notícia com a ideia de reduzir as expectativas e a confiança. O dever de um Governo e de um político responsável não é esse. Nenhum político pode ou deve desistir da confiança. E o que eu sinto muitas vezes por parte da oposição, em particular daquela oposição que tem mais responsabilidades, é que já desistiram do País, pensando, erradamente, que bastará atacarem o Governo para se imporem à sociedade. Esse é um erro que já pagaram caro nos últimos cinco anos. Espero que aprendam com as decisões do povo português nas últimas eleições.

Sr. Deputado, há um discurso alarmista, sim, e que não recusa mistificar tudo! Desde logo, nos benefícios fiscais. O Dr. Paulo Portas, então, faz um enorme esforço para convencer os portugueses de que não vão ter mais benefícios fiscais em área alguma, descrevendo, aliás como é próprio dos políticos com essa pulsão, todas as possibilidades de dedução fiscal e de despesa fiscal, como se elas tivessem acabado. Não é verdade! O que vamos decidir é colocar tectos ao nível dos benefícios fiscais para tornar o nosso sistema de benefícios fiscais mais justo.

Como o Sr. Deputado explicou, nos dois primeiros escalões, as pessoas praticamente pouco beneficiam dessas deduções pela simples razão de que podem deduzir pouco. A verdade é que os últimos escalões deduzem muito e com isso transformam o nosso sistema de benefícios fiscais num sistema injusto.

Já disse, e repito: nos últimos 20 anos houve várias comissões para a reforma do nosso sistema fiscal e não houve comissão nenhuma que não tivesse apontado os benefícios fiscais como a área de maior injustiça.

Já por isso o Partido Socialista, no seu programa eleitoral, e o Governo, no seu Programa, indicavam uma revisão nessa área. Devemos fazê-la agora, porque fazer essa revisão significa contribuir para a consolidação das contas públicas, mas significa também uma contribuição para a justiça do nosso sistema fiscal.

Depois, vários dados assinalam a ideia das privatizações como se nós fôssemos — é essa a ideia que se pretende passar — vender todos os postes de electricidade. Ora, toda a gente sabe que isso é falso! Há a verdade e há a mentira. Isso é falso e pretender passar para os portugueses a ideia de que vamos vender a infra-estrutura é, em si, mistificador.

A REN é uma concessionária. Aquelas infra-estruturas pertencem ao Estado e nunca sairão do Estado. A questão que se coloca é a de saber se devemos ou não tomar essa opção para controlar a nossa dívida pública. É aí que se deve colocar o debate.

Mas isto também é assim ao nível dos direitos sociais. A verdade é que, com a direita — em 2005, o Partido Socialista ganhou as eleições —, com o Dr. Paulo Portas no governo (que, como se sabe, é o amiguinho das classes desfavorecidas), o Estado gastava 18,5% da sua riqueza em prestações sociais. Repito: 18,5%. Quanto é que vamos gastar em 2013? Vamos gastar 21,4%.

Penso que isto diz tudo da modernidade que introduzimos nas políticas fiscais, mas também da consciência que temos de que, tendo o Estado feito um esforço em 2008 e em 2009 no sentido da protecção das famílias, passada a crise e retomado o crescimento, devemos, em nome de uma política de razoabilidade do Estado, regressar aos níveis que tínhamos em 2007, em 2006 e em 2005.

Aplausos do PS.

É isso que propomos. Isso é razoável e é justo!

Mas a verdade é que quando, em 2013, atingirmos 21,4%, isto significa três pontos acima daquilo que a direita afectava às políticas sociais quando governava em Portugal. E ficaremos acima de 2008. Isto é, há um progresso significativo por parte do Estado no sentido de combater as desigualdades e criar um País mais justo.

E onde se nota o discurso incendiário de alguns políticos pretensamente de esquerda é na oposição que fazem a todas as reformas e mudanças. O Sr. Deputado Afonso Candal já identificou algumas.

Não sei se tiveram ocasião de reparar no discurso da Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia a propósito de Valença. Tal como o discurso do Sr. Deputado Francisco Louçã não escapou: Valença chama o Sr. Deputado Francisco Louçã e aí vai o Deputado Francisco Louçã liderar imediatamente a causa.

Risos e aplausos do PS.

Perguntou o Sr. Deputado Francisco Louçã se a causa é justa, se a causa é razoável? Não! «Dêem-me uma causa! Eu quero é liderar uma causa!»

Protestos do BE.

Sinceramente, penso que isto se trata apenas de oportunismo político. O que nós fizemos no distrito de Viana do Castelo foi reformar as urgências no sentido de as melhorar. Fizemos os investimentos que devíamos ter feito para melhorar a urgência básica de Monção. Fizemos o investimento que deveríamos ter feito nas unidades móveis e construímos um sistema de saúde melhor.

Hoje, olhamos para a contestação que todos os sectores à nossa esquerda fizeram quando quisemos reduzir o número de maternidades que não tinham um número de partos suficiente, cumprindo o parecer técnico da Organização Mundial de Saúde. Lembrem-se do que, à nossa esquerda, nos diziam? Afinal de

contas, a verdade é que esse encerramento de blocos de partos conduziu à melhoria da saúde pré-natal, bem como da saúde das crianças e das mães e não ao contrário.

Protestos do Deputado do PCP João Oliveira e da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Por aqui se pode ver o que é a demagogia de alguns sectores da esquerda, que não aprendem nada com a história!

Aplausos do PS.

Finalmente, Srs. Deputados, não sei se repararam que, ao longo deste debate, também houve Deputados que disseram: «Sr. Primeiro-Ministro, vir aqui falar de exportações?! Nós falamos muitas vezes de exportações. Tratamos disso noutro dia.»

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não foi nada disso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, Srs. Deputados. Lamento dizer que o facto de as bancadas, em particular aquelas que têm mais responsabilidade, não terem dito uma palavra sobre exportações é um facto saliente deste debate. Isto significa que não perceberam qual é o principal desafio do País. Significa que falam muito em crescimento, mas não dão ideias para contribuir para esse crescimento.

Isto significa vazio de discurso político, significa falta de adesão à realidade e significa que têm um longo caminho a fazer se querem apresentar-se ao povo português como dignos da sua confiança.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Mota Soares pediu a palavra para interpelar a Mesa?

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente. Para, através de V. Ex.^a, ser distribuído à Câmara, e principalmente ao Sr. Primeiro-Ministro, o artigo 78.º do Código do IRS, que fala sobre deduções à colecta.

Sr. Presidente, peço a distribuição deste documento pelo seguinte: o Primeiro-Ministro, de forma propositada, está a tentar confundir benefícios fiscais com deduções fiscais. E, Sr. Presidente, isso é grave, porque o Primeiro-Ministro está a querer dar um pontapé na técnica única e exclusivamente para servir a propaganda do Governo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Percebo o objectivo do Sr. Primeiro-Ministro. É tentar levar a que os portugueses que estão em casa, e até eventualmente alguns jornalistas que não sejam especialistas em direito fiscal, achem que nós estamos a falar de benefícios fiscais, que são uma espécie de privilégios, e não em deduções com a saúde, deduções com a educação, que são despesas correntes das famílias, Sr. Presidente.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Por isso mesmo, o Sr. Primeiro-Ministro pode repetir até à exaustão uma mentira, mas ela não se torna verdade.

Por esta razão, espero que, com este documento, o Sr. Primeiro-Ministro deixe de falar de benefícios fiscais quando o que está em causa são deduções fiscais.

O Sr. **Presidente**: — Pode enviar o documento à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para lhe desejar, a si e a toda a Câmara, uma boa Páscoa.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, se me permite, gostaria mesmo de interpelar a Mesa para perguntar se entende que foi uma interpelação à Mesa aquilo a que acabámos de assistir ou se foi apenas uma tentativa de, perdido o debate, ter uma segunda parte para poder retorquir.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Só posso responder que foi uma interpelação à Mesa, a que o Sr. Primeiro-Ministro também soube responder.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, assim se concluem os nossos trabalhos de hoje.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, em nome pessoal e em nome da Mesa, a todos desejo muito boa Páscoa.

A próxima reunião plenária terá lugar na próxima quarta-feira, pelas 15 horas. Da ordem de trabalhos constará um período de declarações políticas, a que se seguirá a apreciação conjunta do projecto de lei n.º 127/XI (1.^a) — Cria a rede nacional de cuidados oncológicos (PSD) e do projecto de resolução n.º 28/XI (1.^a) — Recomenda ao Governo que adopte medidas urgentes que diminuam os tempos de espera para consulta e cirurgia oncológica e que melhorem a qualidade e o acesso aos tratamentos oncológicos (CDS-PP), o debate do projecto de resolução n.º 59/XI (1.^a) — Recomenda ao Governo que estude a possibilidade da inclusão no Plano Nacional de Vacinação da vacina pneumocócica ou, em alternativa, a sua comparticipação, no mínimo, pelo escalão C (CDS-PP) e ainda a discussão do projecto de lei nº 23/XI (1.^a) — Regime da prática de naturismo e da criação de espaços de naturismo (Os Verdes).

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 21 minutos.

Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa

José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Rosalina Maria Barbosa Martins

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

José Eduardo Rego Mendes Martins

Partido Popular (CDS-PP):

João Rodrigo Pinho de Almeida

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Anabela Gaspar de Freitas
António Ribeiro Gameiro
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Glória Maria da Silva Araújo
Júlio Francisco Miranda Calha
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Hortense Nunes Martins
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Sofia Isabel Diniz Pereira Conde Cabral

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano Rafael de Sousa Moreira
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel de Matos Correia
José Pedro Correia de Aguiar Branco
Raquel Maria Martins de Oliveira Gomes Coelho

Partido Popular (CDS-PP):

Michael Lothar Mendes Seufert

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL